

Um projeto do Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais, Genebra

small arms survey 2007



as armas e a cidade

Capítulo 9

Inimigo Interior: Desvio de Munição em Uganda e no Brasil

James Bevan (Small Arms Survey) e Pablo Dreyfus (Viva Rio), com a colaboração de
Walter Barros (DPTC), Marcelo de Sousa Nascimento (ISER) e Júlio Cesar Purcena (Viva Rio)

CAMBRIDGE

Small Arms Survey

O Small Arms Survey é um projeto independente de pesquisa localizado no Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais, em Genebra, na Suíça. É a principal fonte internacional de informações sobre armas pequenas e violência armada em todos os aspectos, além de um centro de pesquisas voltado para governos, propositores de políticas públicas, pesquisadores e ativistas. O projeto conta com uma equipe internacional formada por especialistas em segurança, ciências políticas, políticas públicas internacionais, legislação, economia, estudos sobre desenvolvimento, resolução de conflitos e sociologia. A equipe do Small Arms Survey trabalha próxima a uma rede mundial de pesquisadores e parceiros.

Small Arms Survey
Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais
47 Avenue Blanc, 1202
Genebra, Suíça

Telefone: +41 22 908 5777

Fax: +41 22 732 2738

E-mail: smallarm@hei.unige.ch

Web site: www.smallarmssurvey.org

Viva Rio

Desde 1993, Viva Rio, uma ONG sediada no Rio de Janeiro, tem trabalhado para combater uma onda crescente de violência urbana — um problema que afeta principalmente jovens — nas cidades brasileiras. Viva Rio desenvolve campanhas em prol da paz e contra a proliferação de armas pequenas, assim como projetos com o objetivo de reduzir a violência armada.

Para confrontar problemas associados com a proliferação e o mal uso de armas de fogo são feitas atividades em nível local, nacional e internacional. Nesse sentido, Viva Rio tem três objetivos principais: reduzir a demanda por armas (ações para sensibilizar a sociedade civil para os riscos envolvendo o porte e uso de armas de fogo e para responder ao lobby da indústria de armas); reduzir a oferta de armas (frear o tráfico ilícito de armas e controlar a produção, vendas, exportações e importações de armas pequenas e munição); e melhorar o controle de estoque (destruição do excesso de armas e aumento da segurança dos locais de estoque).

Viva Rio
Rua do Russel 76, Glória, Rio de Janeiro
22210010, RJ, Brasil

Telefone: 55-21-2555-3750

Web site: www.vivario.org.br

Foto: Fabio Cuttica/Contrasto/eyevine
Small Arms Survey 2007 ISBN: 978-0-521-70654-4



Tradução: Luisa Prieto Lamas

Edição Final: Tania Inowlocki (Small Arms Survey)

Assistente de Edição: Natasha Leite de Moura (Viva Rio)

Diagramação: Richard Jones (rick@studioexile.com)

Cartografia: Jillian Luff, MAPgrafix

Inimigo Interior

DESVIO DE MUNIÇÃO EM UGANDA E NO BRASIL

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2006, os guerreiros da região de Karamoja ao norte de Uganda mataram a tiros 16 soldados ugandenses que estavam dirigindo operações de desarmamento compulsório na região (*New Vision*, 2006). As revelações deste capítulo sugerem que alguns desses soldados podem ter sido mortos por balas que eram destinadas para seu próprio uso. No Rio de Janeiro, Brasil, 52 policiais foram mortos em serviço no ano de 2004 (AI, 2005). A evidência apresentada neste estudo indica que alguns deles podem ter sido mortos por balas originalmente fornecidas para suas próprias forças.

Recentemente, a munição ganhou destaque na pauta internacional. Este capítulo investiga a mecânica da sua proliferação no nível local em Karamoja e no Rio de Janeiro. De forma mais notável, ele se volta para o problema do desvio de munição dos estoques das forças de segurança do estado por atores não-estatais.¹

Karamoja hospeda diversos grupos pastoris cujos combates e roubos de animais aumentaram nos últimos anos com a proliferação de fuzis modernos. O estudo descobre que a munição que deve ter sido fabricada exclusivamente para as forças de segurança do estado está nas mãos dos guerreiros Karimojong.

O Brasil é um exemplo bem documentado de taxas muito altas de crimes e de homicídios relacionados a armas pequenas. A complexidade do comércio de munição que abastece essa dinâmica é bem menos documentada. O estudo descobre que uma quantidade significativa de munição apreendida pela polícia dos criminosos é do mesmo tipo da usada pela polícia do Rio de Janeiro.

As descobertas dos estudos apresentadas neste capítulo foram geradas através de amostras de munição de atores não-estatais. É importante destacar que os dois estudos usam métodos de coleta e análise de dados ligeiramente diferentes. No caso de Karamoja, um pesquisador do Small Arms Survey recolheu munição diretamente dos estoques particulares dos guerreiros na região.² Esses dados foram então comparados com os dados sobre os estoques de munição das forças de segurança do estado, que foram registrados da mesma forma. No Rio de Janeiro, a polícia tinha apreendido a munição dos criminosos.

Em ambos os casos, uma seleção da munição tomada como amostra foi comparada com as tendências da munição da força de segurança de mesmo calibre e mesma origem. Cada estudo utiliza as marcações em cartuchos individuais de munição para determinar o ano de fabricação e a fábrica em que a munição foi produzida. Os dados neste 'selo' são então usados para criar perfis de munição nas mãos dos diversos grupos de atores e para fazer comparações entre eles. Os resultados dessas análises são revisados a luz das descobertas qualitativas da pesquisa, incluindo pesquisa de campo, entrevistas, documentos do governo e relatórios jornalísticos.

Em Karamoja e no Rio de Janeiro, a semelhança entre os estoques estatais e não-estatais de munição de fuzil sugere que o tráfico internacional desse tipo de munição pode não ser o principal canal para o comércio ilícito. As descobertas específicas do capítulo são as seguintes:

- Em Karamoja e no Rio de Janeiro, atores não-estatais possuem munição que é produzida quase exclusivamente para as forças de segurança do estado de cada país.
- Em ambos os casos, esses tipos de munição, nas mãos de atores não-estatais, correspondem em volume e em origem aos tipos usados por suas forças de segurança do estado.
- Em cada estudo de caso, os atores estatais e os não-estatais exibem estoques de munição muito “nova”, sugerindo uma cadeia de abastecimento curta.
- Outras fontes de informações reforçam as descobertas dos dados de munição. Essas fontes incluem casos de desvio e outra evidência de comércio entre grupos estatais e não-estatais.

O capítulo conclui que as metodologias de rastreamento de munição apresentadas aqui são ferramentas de pesquisa vitais para compreender os fluxos ilícitos de munição. Os casos de Karamoja e do Rio de Janeiro re-enfatizam o papel das forças de segurança do estado na aquisição de munição por grupos armados não-estatais. Há uma clara necessidade de tratar esse problema se as forças que são empregadas para diminuir a violência armada não contribuem para isso.

OS SUSPEITOS HABITUAIS? O CASO DE DESVIO DOS ESTOQUES DO ESTADO EM KARAMOJA, NORTE DE UGANDA

Como o título sugere, a primeira parte deste capítulo apresenta um forte caso de desvio de munição das forças de segurança de Uganda para atores não-estatais em Karamoja.

A raiz do problema pode bem estar dentro de casa e não fora.

Os Karimojong são grupos pastoris seminômades que têm travado, essencialmente, um conflito de baixa intensidade inter-clã, com armas pequenas, desde a década de 1970. Apesar das diversas iniciativas comandadas pelo estado para desarmar os guerreiros Karimojong, tais tentativas parecem ser em parte minadas pelos fluxos de munição nacional para esses atores não-estatais. Os governos na região reclamam que o comércio externo ilícito é um grande motivo para a manutenção da insurgência, dos crimes e da violência em geral em seus países. Mas no caso de Karamoja, e de fato, em outros lugares, a raiz do problema pode estar dentro de casa, e não fora.

Essa parte do capítulo descobre que os estoques de munição nas mãos dos guerreiros Karimojong são estreitamente compatíveis com os das forças armadas do estado em Karamoja. A partir da evidência de dados de munição recolhidos em agosto de 2006, relatórios jornalísticos, declarações militares e entrevistas de informante chave, apresenta-se a clara evidência da transferência ilícita de munição de membros das forças militares e auxiliares de Uganda para os Karimojong.

Metas e metodologia

Este estudo foi desenvolvido para comparar os estoques de munição nas mãos dos diversos grupos estatais e não-estatais em Karamoja. Servindo de base para a análise está a seguinte hipótese: grupos que apresentam perfis de munição muito semelhantes podem fazer isso porque eles comercializam ou capturam munição das mesmas fontes, ou uns dos outros.

O estudo envolveu o registro das marcações encontradas em cartuchos de munição individuais carregados (não-usados). Esses cartuchos foram tirados diretamente dos carregadores das armas dos Karimojong e das forças de

Tabela 9.1 Quantidade e porcentagem de cartuchos calibre 7,62 x 39 mm recolhidos como amostra dos grupos em Karamoja, agosto de 2006

Grupo		Quantidade de cartuchos	Porcentagem do total
Não-estatal:	Karimojong 1	8	1,8
	Karimojong 2	69	15,8
	Karimojong 3	89	20,3
	Karimojong 4	66	15,1
	Karimojong 5	61	13,9
Estatal:	LAP	82	18,7
	UWA	28	6,4
	UPDF	35	8,0
Total		438	100,0

segurança do estado, incluindo os estoques do Uganda Wildlife Authority (UWA), da Local Administration Police (LAP), e indiretamente, Uganda People's Defence Forces (UPDF).³ Todos os atores que doaram munição para o estudo foram localizados em uma área de 40 quilômetros.

A Tabela 9.1 lista o número das de cartuchos registrados em cada grupo de atores na amostra. Mostrando claramente que houve variações significativas nos números de cartuchos registrados de cada grupo. Essa variação foi devida a diversos fatores — de forma mais especial a segurança — que tornaram alguns grupos menos dispostos ou capazes de compartilhar informações. Em cada caso, somente foi possível registrar as informações de munição por conta do

contato e do diálogo mantidos entre o pesquisador e as partes interessadas. Apesar das variações no tamanho da amostra, o objetivo do estudo foi comparar as forças estatais e não-estatais (os Karimojong e os grupos estatais listados na Tabela 9.1)⁴ e, quando agregadas em dois grupos, as amostras são grandes o suficiente para permitir tal comparação.

A partir das marcações, o Small Arms Survey pode relacionar a maioria dos cartuchos na amostra a um fabricante e identificar o ano em que foram produzidos.

A Figura 9.1 mostra as marcações no culote de um estojo de um cartucho calibre 7,62 x 39 mm já deflagrado e que foi encontrado na cena de um tiroteio em Karamoja. Esse cartucho não estava na amostra, mas é ilustrativo dos tipos de munição que se proliferam em Karamoja. A marcação superior (61) indica a fábrica em que o cartucho foi produzido. No caso da munição 7,62 x 39 mm,

Figura 9.1 Marcações de um cartucho calibre 7,62 x 39 mm deflagrado, Karamoja, 2006

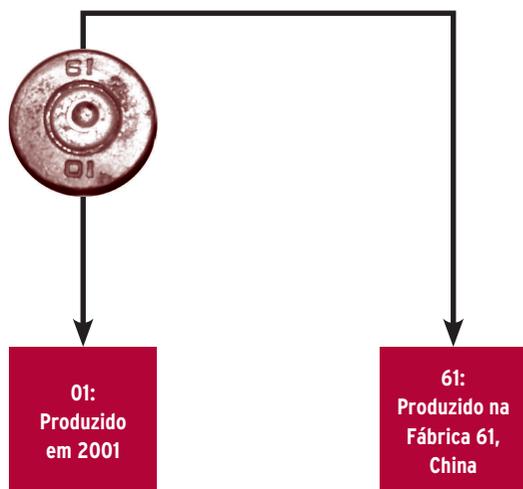
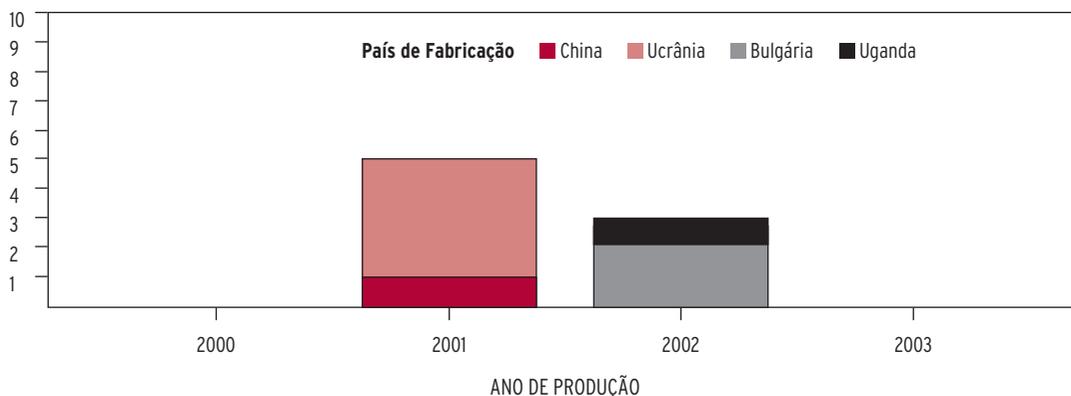


Figura 9.2 **Perfil de munição hipotético de um grupo armado criado usando dados das marcações de cartuchos de munição individuais**

QUANTIDADE DE CARTUCHOS



essa marca é geralmente numérica, embora outros tipos de munição exibam diversas configurações de caracteres, numerais e símbolos.

Esse sinal em particular é específico da Fábrica Número 61, na China — uma fábrica estatal de fabricação da China North Industries Corporation. Sua origem foi identificada utilizando o software de identificação *Cartwin Professional Edition* para cartuchos de baixo calibre (Cartwin, 2006), em conjunto com os abrangentes livros de consulta *Culots de Munitions* (Jorion and Regenstreif, 1995a; 1995b). Essas fontes permitiram a referência cruzada dos calibres de munição, dos selos, e das datas dos ciclos de produção, bem como das informações gerais da fábrica.

A Figura 9.2 apresenta um exemplo hipotético de como esse tipo de dado pode ser usado para criar o perfil de munição de um grupo armado.

A sinalização inferior no cartucho na Figura 9.1 indica a data de fabricação: neste caso, 01 significa que o cartucho foi produzido em 2001. Junto com as informações sobre o ‘proprietário’ atual da munição, os dados de diversos cartuchos tais podem ser combinados para criar um ‘perfil de munição’ para aquele proprietário. Como ilustra a Figura 9.2, esse é um perfil cronológico dos estoques de munição de um ator em particular — indicando a data e a origem dos cartuchos estocados. Isso não significa que o ator em questão adquiriu esses cartuchos na data indicada, nem significa que o ator os obteve diretamente do país em que foram produzidos.

Considerando as diversas idades e origens de munição disponíveis na maioria dos mercados, um perfil tal como o da Figura 9.2 deve ser bastante exclusivo para qualquer indivíduo ou grupo. É altamente improvável que quaisquer dois atores ou grupos apresentem exatamente o mesmo perfil de munição — isto é, esperaríamos variações nas combinações de idade e de origem da munição.

É importante observar que, por questões de esclarecimento, a munição na Figura 9.2 (e nas figuras subsequentes) não é exibida pela marca do fabricante, mas pelo país de origem. O número completo de diferentes selos e fabricantes envolvidos tornaria impossível a tarefa de organizar os dados de fabricante em um capítulo como este.⁵

A munição registrada em Karamoja apresentou 49 marcações diferentes — isto é, 49 variações de código de fabricante e ano de fabricação. Foram representadas dezesseis fábricas diferentes ao redor do mundo (excluindo os cartuchos não marcados). Mas, apesar de tal quantidade de fabricantes, a munição na amostra foi produzida somente

Tabela 9.2 Fabricantes de cartuchos calibre 7,62 x 39 mm na amostra

País ou fábrica produtora	Quantidade de cartuchos	Porcentagem do total*
China, Fábrica Número 72	1	0
China, Fábrica Número 811	1	0
Bulgária, Dirjavna Voenna Fabrika, Kazanlak	2	0
China, Fábrica Número 311	2	0
Alemanha do Leste (GDR), VEB Spreewerk	3	1
China, Fábrica Número 312	4	1
China, Fábrica Número 31 (Jing An Factory)	5	1
China, Fábrica Número 51	5	1
Tchecoslováquia, Sellier and Bellot/Zbrojovka Vlásim	7	2
Ucrânia (URSS), Fábrica Número 270, Lugansk	9	2
Iugoslávia, Igman Zavod, Konjic	15	3
Rússia (URSS), Ulyanovsk Machinery Plant	20	4
Rússia (URSS), Tolski Patronny Zavod	28	6
China, Fábrica Número 71	41	9
Desconhecido (não sinalizado ou não identificável)	42	10
Uganda, Luwero Industries	59	13
China, Fábrica Número 61	194	44
Total	438	100

* Os valores são arredondados, então os números nesta coluna não totalizam precisamente 100.

em oito países diferentes (excluindo os casos desconhecidos). A Tabela 9.2 lista os estados e fábricas produtores, junto com o número de cartuchos que cada um doou para a amostra.

O estudo registrou um total de 438 cartuchos de munição 7,62 x 39 mm (Tabela 9.2). Desses, 396 poderiam ser relacionados a uma fábrica específica e a uma data de fabricação; 36 cartuchos não estavam sinalizados (isto é, não tinham marcação); e 6 cartuchos continham marcas de fábrica que não poderiam ser relacionadas a um produto específico, mas mesmo assim poderiam ser identificadas pelo ano de fabricação. Os últimos cartuchos foram incluídos no estudo sob a categoria 'desconhecido' na Tabela 9.2 e 'outro' em outro lugar. Além disso, alguns dos países listados na Tabela 9.2 compreendem apenas uma fração mínima⁶ da amostra total e também estão condensadas em 'outro' nas Figuras 9.3 e 9.4. A amostra de operação da munição de Karamoja foi então de 402 cartuchos de munição 7,62 x 39 mm (isto é, os 438 cartuchos originais, excluindo os 36 cartuchos não sinalizados).

Comparando perfis de munição

No todo, há uma grande semelhança entre os estoques de munição nas mãos de cinco grupos Karimojong e as forças de segurança ugandenses. A Figura 9.3 apresenta perfis de munição de cinco grupos Karimojong e das três forças de segurança da amostra.

Mais de 65% da munição nas mãos dos Karimojong foi produzido em 2000–05.

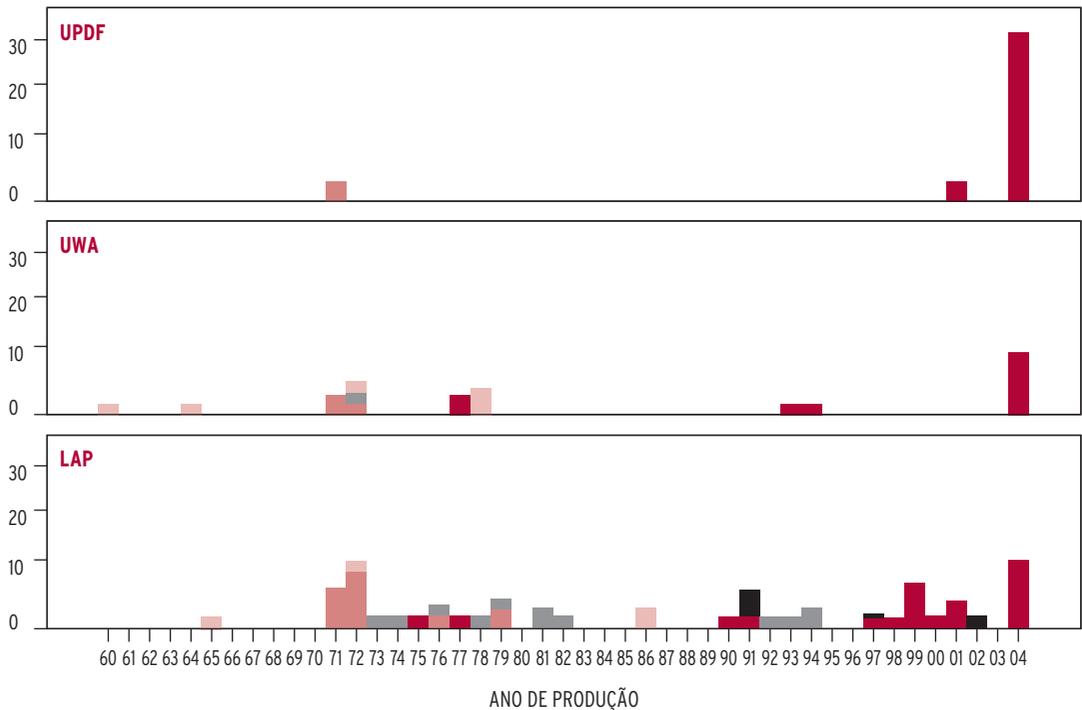
Talvez o aspecto mais impressionante das amostras ugandenses seja o volume de munição relativamente nova. Enquanto a maioria das armas dos Karimojong é antiga, mais de 65 por cento da munição nas mãos dos grupos Karimojong foi produzida entre 2000 e 2005. Da mesma forma, as forças de segurança do estado armazenam menos de 50 por cento de munição nessa idade. No todo, cerca de 60 por cento da munição em toda a amostra foi produzida durante ou depois de 2000.

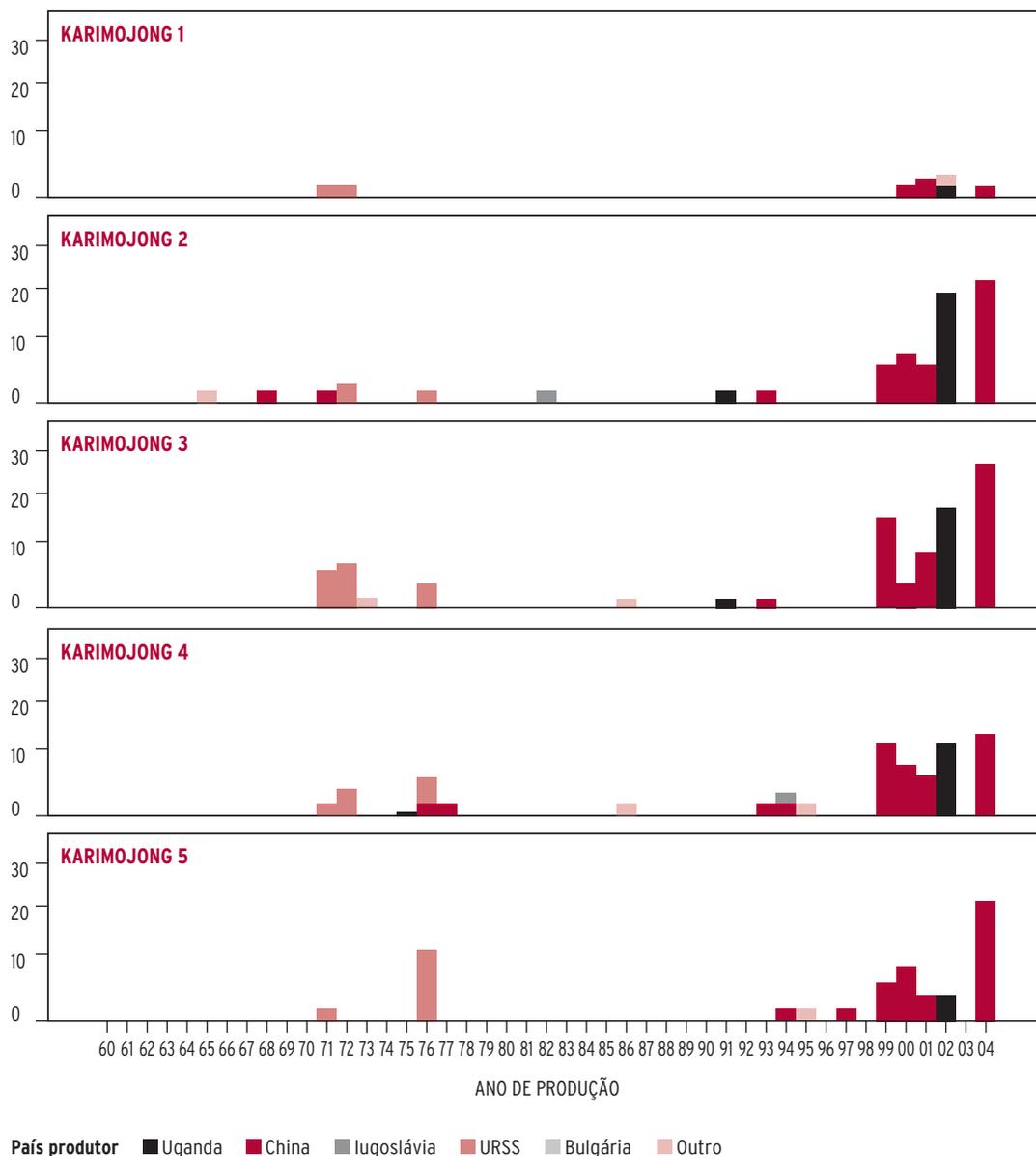
Os perfis exibidos na Figura 9.3 ilustram um pouco das decisões de aquisição, do legado de alianças e das redes de abastecimento, e os padrões de herança de acordo com os quais os grupos de atores adquirem munição de outros grupos. De forma perfeitamente plausível, os perfis dos grupos estatais e não-estatais na Figura 9.3, quando combinados, produzem uma ampla história de aquisição de armas e de munição de Uganda (tratado abaixo). Mas por que os Karimojong, que não têm história de comércio direto com poderes estrangeiros tais como China e Rússia, apresentam tais perfis semelhantes aos das forças do estado? Se sua munição tivesse origem em outro lugar — por exemplo, no Quênia, no Sudão ou na Etiópia — seus perfis poderiam diferir muito.

Tais observações sugerem que os atores estatais e não-estatais em Karamoja, que têm perfis de munição semelhantes, podem ter adquirido sua munição dos mesmos canais ou de canais semelhantes. Antes de investigar se provavelmente esse é o caso em Karamoja, é necessário, primeiro, investigar as características de munição dos atores interessados e o que elas significam.

Figura 9.3 Origem e ano de fabricação da munição 7,62 x 39 mm armazenada por grupos em Karamoja, Uganda (n = 402)

QUANTIDADE DE CARTUCHOS





Traçando o perfil das forças de segurança ugandenses

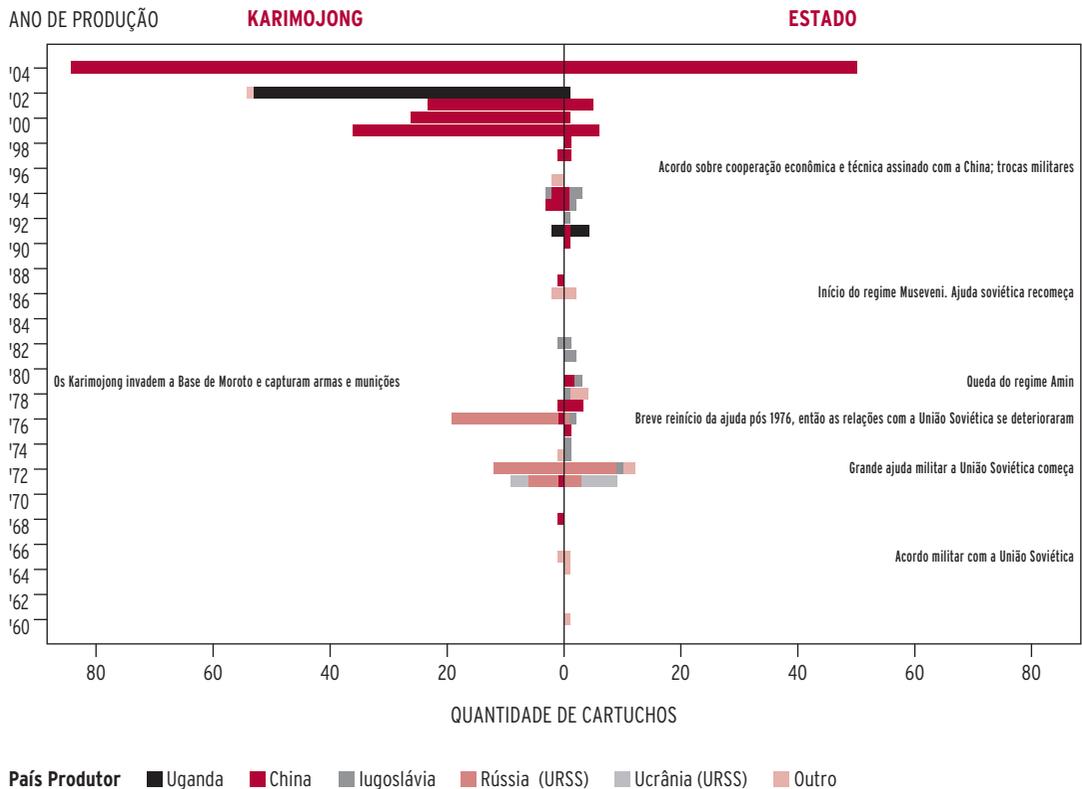
Uganda People's Defence Forces: A amostra de munição da UPDF apresentada na Figura 9.3 é em sua maioria muito nova, produzida na China pela Fábrica Número 61 da China North Industries Corporation e datada de 2004. Sua origem ser chinesa não é inesperado. Uganda firmou um contrato de comércio com a China em 1996, e naquele ano sua equipe de defesa também trocou visitas com militares chineses de alto posto (China. Ministério de Relações Exteriores, 2003; Xinhua, 1996a; 1996b). Os dados do Comtrade e de fontes secundárias sugerem uma considerável cooperação da defesa e do comércio militar entre Uganda e China, que teve início por volta daquela data e continuou

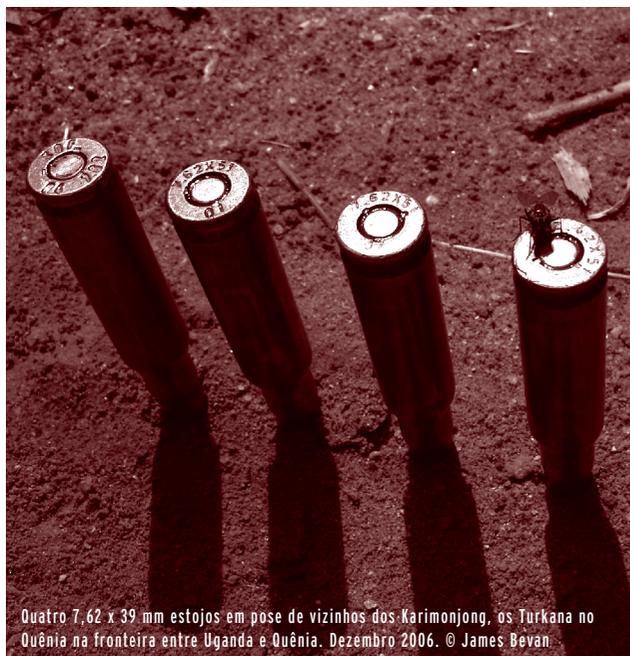
até hoje (AI, 2006; UN Comtrade, 2006). Apesar do fato da China consistentemente relatar em menor quantidade suas exportações de defesa para Comtrade, ela relatou grandes exportações de munição de armas pequenas para Uganda.

Indubitavelmente, a UPDF guarda estoques de munição mais antigos. Entrevistas realizadas pela *Small Arms Survey* em agosto de 2006 indicam que a UPDF abastece diversos atores ugandenses com munição, incluindo oficiais da região, LAPs, unidades de defesa locais (LDUs) e a UWA. Grande parte dessa munição é antiga, indicando que a própria UPDF estoca tipos mais antigos, mas pode bem lançar suas forças ativas com munição mais nova, deixando os estoques restantes, mais antigos, para as forças auxiliares. Esses estoques são em grande medida o legado de acordos de defesa anteriores entre Uganda e potências estrangeiras — de forma especial a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no início de meados da década de 70 (Byrnes, 1990) — mas também de produção recente, nacional, embora relativamente de baixa escala (Figura 9.4).

Uganda Wildlife Authority: A UPDF fornece munição para a UWA.⁷ O perfil de munição da UWA (Figura 9.3) é condizente com esse. A UWA armazena munição antiga, mas como a UPDF que fornece isso, também possui munição chinesa produzida em 2004. A UWA, quando entrevistada, pareceu mais ativa em aparência e de modo geral melhor equipada do que a LAP ou as LDUs semelhantes, embora menos bem equipada do que a UPDF. Seus esto-

Figura 9.4 **Munição armazenada pelas forças estatais e Karimojong: uma história de acordos de cooperação militar de Uganda e importações de armas (n = 402)**





Quatro 7,62 x 39 mm estojos em pose de vizinhos dos Karimojong, os Turkana no Quênia na fronteira entre Uganda e Quênia. Dezembro 2006. © James Bevan

ques de munição parecem refletir essa posição ‘média’ na hierarquia logística.

Local Administration Police: Os estoques da LAP de modo geral são mais antigos dos que os das outras forças de estado na amostra. Como no caso da UWA, os estoques da LAP incluem munição chinesa de 2004, mas os membros da LAP estão abertos sobre o fato de que eles estão primeiramente equipados com armas e munição de baixa qualidade, e admitem que a UPDF detenha os estoques mais novos.⁸ As LDUs semelhantes (não na amostra) também observam a mesma munição de baixa qualidade.⁹ Ambas as forças são tropas auxiliares, com baixos pagamentos, muitas vezes com aparência pobre, e usam armas e equipamentos que são excedentes das forças regulares. Talvez

por isso, o perfil de munição da LAP nesta amostra contenha a maior variação de origens e idades de munição de todos os oito grupos no estudo (Figura 9.3).

O perfil de munição variado da LAP inclui munição produzida de Uganda, que de forma notável está ausente nos perfis tanto da UPDF como da UWA. Essa munição, produzida pela Luwero Industries, Nakasongola, estava marcada com ‘91’ e ‘02’.¹⁰ O possível motivo pelo qual isso somente aparece nos estoques da LAP é supostamente sua baixa qualidade. A munição foi fortemente criticada pelo inspetor geral de polícia. Por esse motivo, a polícia optou por equipar suas forças com munição estrangeira em vez de usar os cartuchos fabricados em Uganda (*Monitor*, 2002b; *Red Pepper*, 2004, pp. 1–2). O pessoal da LAP relata que a munição não é confiável e obstrui os canos de suas armas.¹¹ É plausível que a UPDF evite a munição, dada sua questionável confiabilidade, e em vez disso use-a para as forças de defesa secundárias, com as LAPs e LDUs.

Juntos, os perfis de munição das três forças de segurança do estado ilustram amplamente o que se pode esperar encontrar.

A UPDF, como tropas melhor equipadas, de linha de frente, possui a munição mais recente. Seus estoques ilustram as mais recentes aquisições de Uganda de material de defesa — da China. As forças UWA e LAP revelam um perfil mais holístico dos estoques de munição do Estado ugandense. Diferente da UPDF, elas são lançadas com variedades de munição mais antigas dos arsenais do Estado ugandense. Esses estoques incluem munição que pode ter sido transferida da União Soviética nos anos 70 e também munição da produção recente, nacional, embora relativamente de baixa escala (Figura 9.4).

Traçando o perfil dos Karimojong

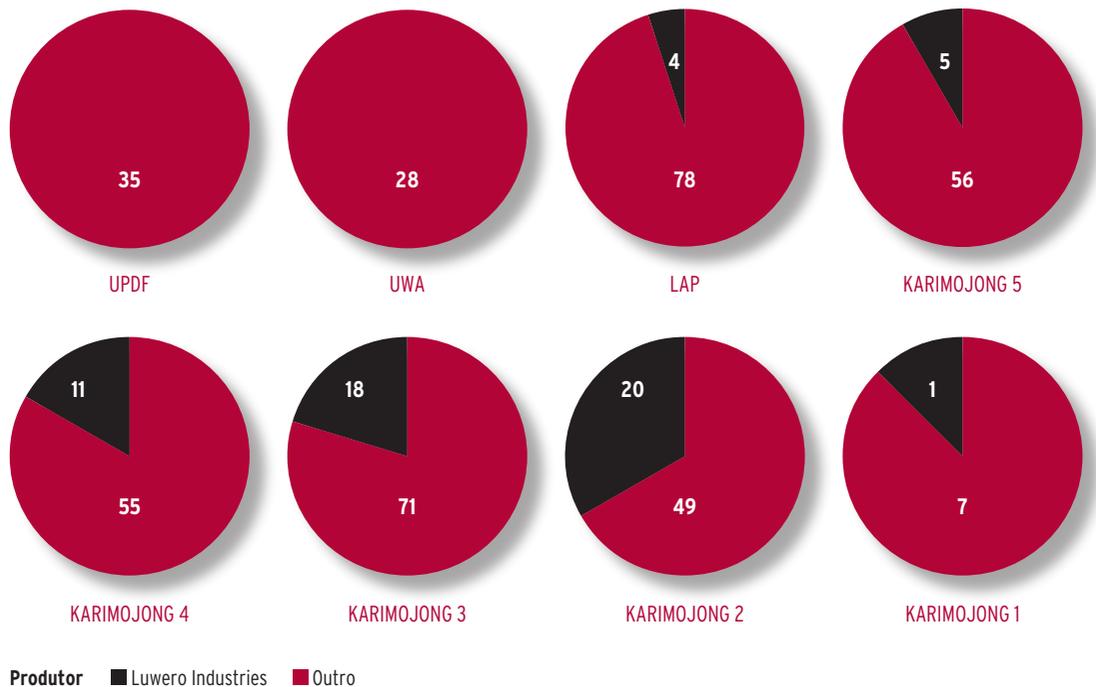
Falando de um modo geral, o perfil de munição combinada dos cinco grupos Karimojong é muito semelhante ao das forças de segurança ugandenses (Figura 9.4). Isso sugere que os grupos estatais e não-estatais podem dividir fontes de munição semelhantes, mas quais são elas?

Uma breve revisão da história da proliferação de armas entre os Karimojong revela que eles primeiro assumiram a posse de grandes quantidades de armas e de munição durante a queda do regime Amin em 1979. Depois que as tropas fiéis a Amin abandonaram os alojamentos em Moroto, os Matheniko Karimojong invadiram os depósitos, tomando grandes quantidades de armas e de munição. Em uma segunda onda de aquisição em massa, em 1986, os Karimojong desmobilizados do derrotado Exército da Libertação Nacional de Uganda voltaram para suas comunidades com suas armas e sua munição (Mkutu, 2006, pp. 9–10). Poderia se esperar, então, ver isso refletido nos perfis de munição dos cinco grupos Karimojong estudados, e é de fato o caso. Os estoques Karimojong refletem as transferências soviéticas dos anos 70 que também estão presentes nos perfis de munição das forças de estado da Uganda (Figura 9.4). Isso pode responder por alguns dos estoques dos anos 70, mas e a munição mais nova?

Não há registro de uma única grande captura de estoques do estado pelos Karimojong desde 1986, então, por que os Karimojong mantêm um alto número de cartuchos produzidos em Uganda, fabricados depois de 1991? As forças do estado não parecem armazenar essa munição em números tão altos, e é bastante improvável que os grupos Karimojong estejam em situação de adquiri-la diretamente do fabricante. Esses estoques oferecem um motivo particularmente forte para suspeitar da ‘perda de munição’ das forças armadas ugandenses (através de comércio ou da captura) ou distribuição de munição para outras partes que subsequentemente ‘perderam-na’, através de comércio ou captura, para os Karimojong.

Conforme observado acima, um alto nível de comércio ou de captura entre os grupos podem resultar em perfis semelhantes. Mas esse nem sempre é o caso. Por exemplo, se um grupo, (a) tiver que comercializar de forma con-

Figura 9.5 Luwero Industries (Uganda) munição 7,62 x 39 mm armazenada por grupos em Karamoja (proporção do estoque de cada grupo) (n = 402)



Nota: Os números nos gráficos apresentam números de cartuchos individuais.

sistente somente sua munição antiga com um outro grupo, (b), então se pode esperar que o grupo (a) tenha um perfil de munição consideravelmente mais jovem que o grupo (b). O mesmo tipo de diferenças apareceria se o grupo (a) distinguisse de acordo com o tipo ou origem de munição.

As forças do estado criticaram a munição produzida em Uganda. Se o comércio ocorrer de fato, os membros das forças de estado da Uganda podem bem discriminar, de acordo com a qualidade, quanto a que cartuchos eles distribuem para outros atores. Tais atores poderiam incluir oficiais civis locais, civis armados pelos militares nas regiões a oeste de Karamoja, ou os Karimojong (que adquiririam munição através de comércio não oficial entre eles e as forças de segurança). Qualquer fonte que seja mais produtiva (e todas o podem ser), o desvio de munição de qualidade mais baixa é uma explicação plausível para um alto número de cartuchos produzidos em Uganda nas mãos dos Karimojong, mas números comparativamente mais baixos nas mãos das forças de segurança do estado para as quais estavam destinadas (Figura 9.5).

E os outros estoques mais novos? Os principais meios de aquisição Karimojong são o comércio, a captura, ou uma mistura dos dois. No primeiro exemplo, os Karimojong certamente negociavam com clãs vizinhos, incluindo aqueles nos lados sudaneses e quenianos da fronteira. Eles também negociavam com membros da Lord's Resistance Army (LRA) em ocasiões e com outros atores não-estatais de Uganda para o oeste de Karamoja. Em termos de captura, os Karimojong relatam que eles capturaram munição da LRA, Turkana e Pokot no Quênia, e em incidentes isolados de soldados da UPDF.¹² Tanto o comércio como a captura são, então, prováveis de serem responsáveis por uma parte dos cartuchos na amostra.

Uma característica da amostra, no entanto, sugere que essas fontes não podem dar conta de todas as aquisições pelos Karimojong. A prevalência de munição relativamente nova na amostra sugere uma pequena cadeia de fornecimento do local de fabricação para Karamoja. A munição mais recente na amostra tem origem de forma predominante na China, com uma concentração particular de cartuchos fabricados em 2004 (Figura 9.4). É bastante improvável que a China negocie diretamente com qualquer um dos grupos armados não-estatais na região. Isso significa que, em menos de dois anos, a munição foi fabricada na China; transportada para uma ou mais partes estatais na região; e perdida, capturada por, ou vendida para os Karimojong. O período de tempo entre a fabricação e a aquisição pelos Karimojong é muito curto, e ainda mais curto se considerarmos que a munição pode ter sido armazenada na China antes do embarque, ou armazenada no arsenal de um estado na região antes do desvio ou da nova transferência.

É possível que o comércio e a captura indicados acima pudessem transferir essa munição para os Karimojong em espaço de tempo tão curto? A resposta é sim, mas provavelmente não em tais quantidades.

Há inúmeras fontes em potencial de munição mais recente dos Karimojong fabricada por chineses e ugandenses, e todas elas são plausíveis. Primeiramente, o governo de Uganda por muito tempo sustentou o Sudan People's Liberation Army (SPLA) no sul do Sudão, que é (em termos de comércio de armas) apenas a um passo de Karamoja. Se Uganda não mais abastece a SPLA, essa fonte é questionável, mas sem realizar estudos semelhantes de munição nas regiões do Quênia e do Sudão próximas a Karamoja, é difícil verificar se esse é o caso e se esses estoques estão disponíveis para os Karimojong.¹³ Em segundo lugar, os Karimojong poderiam adquirir munição da população civil de Acholiland em Uganda, onde o armamento dos cidadãos pelo governo foi global na última década. Uma terceira opção é que as forças de estado de Uganda em Karamoja negociam munição para os Karimojong. Os dados aqui apresentados, sozinhos, não podem determinar qual explicação é mais provável, e todos podem ser a resposta. No entanto, quando visualizados junto com as entrevistas e relatórios dos militares de Uganda e da imprensa local, a terceira explicação parece mais válida.

Os guerreiros Karimojong entrevistados, em agosto de 2006, foram inflexíveis em dizer que seu principal fornecimento de munição era dos indivíduos da UPDF. Os guerreiros relataram como eles seriam abordados pelas tropas na cidade, que depois cuidariam de uma transferência de armas e/ou de munição em um local discreto em troca de dinheiro ou produtos.¹⁴ Outros indicadores visuais da negociação dão crédito a tais relatórios. Os guerreiros Karimojong tradicionalmente usavam itens de vestimenta militar, tais como casacos de combate e insígnias militares, como símbolos de vitória sobre os soldados que matavam em combate. Há simplesmente muitos itens como esses em circulação nos dias de hoje em Karamoja — e muito pouco relato de trocas hostis entre a UPDF e os Karimojong — para o comércio não ser um fator.¹⁵

Os guerreiros entrevistados não envolveram as LDUs ou LAPs na negociação de armas e munição, e mencionaram apenas a UPDF, mas isso não significa que somente a UPDF pode estar envolvida.¹⁶ Os membros da UPDF reclamaram que as unidades LDU, formadas durante a iniciativa de desarmamento de 2001–02 e compostas por Karimojong locais, abasteceram os guerreiros companheiros com munição. Como um comandante da UPDF reclamou para a imprensa dominante da Uganda: ‘O crime é muito comum sempre que despachamos as LDUs para realizar operações nas áreas de onde eles procedem’ (*New Vision*, 2002). Os guerreiros podem não estar dispostos a envolver as LDUs devido a essas ligações de família/ clã — então o envolvimento da UPDF. Mas o fato dos perfis Karimojong parecerem ser bem menos variados do que os das forças auxiliares (Figura 9.3) e que sua munição é bem mais recente poderia ser evidência de que, se eles negociarem com diversas forças de segurança do estado, eles poderiam comerciar ainda mais com a UPDF.

Forças de segurança do estado envolvidas

Apesar das diversas advertências, a evidência apresentada neste capítulo sugere que as forças regulares e auxiliares de Uganda são fontes de munição para os Karimojong. Deve-se destacar que essas descobertas não envolvem as forças armadas de Uganda no nível institucional: não há motivo plausível para sugerir qualquer política oficial de transferência para os Karimojong. Provavelmente o processo deve ser atribuível às ações de indivíduos dentro dessas forças. Mas apesar disso a negociação parece existir.

Há cinco motivos que sustentam mutuamente essa conclusão. Em primeiro lugar, embora os perfis de munição não sejam reflexos uns dos outros, eles são semelhantes o suficiente para concluir que os atores estatais e não-estatais têm fontes de munição muito semelhantes. Segundo, as declarações dos militares, feitas na imprensa de Uganda, admitem a comercialização entre membros da LDU e seus guerreiros irmãos Karimojong. Terceiro, a munição de baixa qualidade, fabricada em Uganda — que tem sido publicamente criticada por membros das forças de segurança — circula entre os Karimojong em números relativamente altos. Com importância, é bem menos frequentes nas mãos das forças armadas estatais, sugerindo um fenômeno de ‘descarregamento’ por parte das forças do estado. Quarto, há evidência considerável da negociação de produtos militares que não armas e munição. Finalmente, e de modo algum menos importante, os guerreiros Karimojong são enfáticos que sua fonte primária de armas e munição é a UPDF e se irritam por terem sido desarmados — em alguns casos, diversas vezes — e então ter que comprar as armas e munição de volta.¹⁷

Essas descobertas têm diversas implicações importantes de relevância política. De significância particular é o comércio estrangeiro ilícito. Os resultados sugerem que isso deveria ser mais enfatizado como uma fonte de aquisição ilegal de armas na região. Mais do que provavelmente, algumas munições nas mãos dos Karimojong analisadas neste estudo foram comercializadas com atores não-estatais em outros estados. Mas as descobertas neste capítulo — particularmente a proliferação de munição chinesa e ugandense recém-fabricada — sugerem que fontes domésticas também são um componente do problema.

Fundamentalmente ligado a isto está a questão da devida responsabilidade dos estados fornecedores para a região. Se os estados fornecem para outros estados que têm pequeno controle sobre seus estoques de armas e munição, então os primeiros indiretamente perpetuam os conflitos internos prolongados. Este estudo, e outra pesquisa que destaca controles de estoque de baixa qualidade, podem ajudar a fornecer evidência aos estados fornecedores envolvidos de modo que eles possam adaptar suas políticas de transferência de armas e de munição de forma correspondente.

Também ligada a essas questões está a questão permanente da reforma do setor de segurança e de sua ausência em muitos estados na região e em outro lugar. Se as tropas recebem pagamentos tão baixos que faz sentido do ponto de vista financeiro vender munições relativamente baratas para atores não-estatais, há uma necessidade clara de investir com mais força nos salários (ou pelo menos garantir a regularidade nos pagamentos) e instituir maior responsabilidade sobre o gasto de munição. Um problema considerável a esse respeito, particularmente sério no caso de Uganda, é a criação de grupos armados não-estatais sobre os quais o estado tenha um pequeno controle. O excesso de grupos quase-estatais, tais como LDUs e milícias, na região abre ainda um outro espaço para perda de munição dos estoques do estado. O pequeno descuido e pagamento ainda menor do que suas contrapartes regulares conspiram para tornar esses grupos um fator de alto risco no desvio de armas pequenas dos estoques do estado.

Neste momento, este estudo contém uma amostra muito pequena para dar a importância precisa do volume de munição com origem externa e interna, mas deixa um claro caso da presença de munição das forças do estado de Uganda nas mãos dos Karimojong. Essa comercialização mina as sucessivas iniciativas de desarmamento e contribui para os altos níveis de violência armada que caracterizam a região. Seria necessária uma amostragem mais ampla — e que se estendesse às regiões próximas do Quênia e Sudão¹⁸ — para avaliar de forma mais precisa o papel do comércio estrangeiro para dentro de Karamoja. Um estudo futuro requer maior atenção aos hábitos de comércio dos estados, combinado com dados sobre como aquela munição é marcada. As descobertas deste estudo são o primeiro resultado publicamente disponível dos esforços de rastrear a munição, de forma sistemática e comparativa, no nível regional.

MORTE POR ATACADO: O CICLO DE DESVIO DE MUNIÇÃO DE ATORES ESTATAIS PARA O CRIME ORGANIZADO NO RIO DE JANEIRO, BRASIL

O cenário e o problema: drogas; violência; corrupção; e muitas, muitas balas

O problema da violência armada é particularmente grave na cidade brasileira do Rio de Janeiro. Desde meados dos anos 80, as organizações criminosas vêm conquistando o controle territorial de diversas áreas pobres (*favelas*) da cidade. Essas facções travam competição armada pelo controle dos lucrativos pontos de venda de cocaína e de maconha e também confrontam as forças de segurança pública.¹⁹ A munição tem um papel fundamental no abastecimento dessa violência, mas parece que as origens não são exclusivamente o comércio internacional ilícito e o desvio de estoques civis legais. Grande parte dessa munição parece ter sido desviada das forças de segurança do estado.

Este estudo é voltado para a munição que foi apreendida pela polícia de forma predominante das organizações criminosas anualmente, entre 2003 e 2006, e enviada para análise no Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE). Esse estudo traça o perfil da munição por data, por ano de produção e por fabricante, e a compara com as tendências de aquisição de munição pelas forças de segurança do estado. Junto com a pesquisa qualitativa, incluindo entrevistas e análises de documentos oficiais, os dados mostram uma forte convergência entre os tipos e volumes de estoques do estado e aqueles nas mãos dos criminosos no Rio de Janeiro.

Circulação de munição no Rio de Janeiro

O desvio de armas pequenas e munição dos estoques e dos inventários oficiais para as organizações criminosas e os grupos armados ilegais na América Latina foi documentado em diversos trabalhos.²⁰ No entanto, este estudo é a primeira tentativa de rastrear a munição no Rio de Janeiro usando os dados das marcações da munição.

O estudo foi criado para determinar se o desvio dos estoques das forças de segurança pública era o motivo mais provável dos altos números de cartuchos para fuzis de assalto encontrados circulando entre as facções criminosas no Rio de Janeiro.

Como com o caso de Karamoja, discutido acima, ele compara a munição das forças de segurança do estado com a dos grupos armados não-estatais. A análise foi planejada para avaliar três possibilidades relativas a onde a munição ilícita poderia ter tido origem. São elas: (1) a munição teve origem no exterior; (2) foi roubada ou comercializada de estoques civis legais; e (3) foi desviada das forças de segurança.

Coleta e análise de dados

Este estudo adota uma metodologia semelhante à análise da situação no norte de Uganda. Ele traça o perfil da munição que foi apreendida dos criminosos e a agrega em um único 'perfil de munição criminosa'. No entanto, diferente do caso de Uganda, não foi possível registrar dados diretamente dos estoques das forças de segurança do estado. Em vez disso, as tendências na aquisição de munição pelas forças de estado foram comparadas com o perfil de munição do crime para identificar tendências semelhantes.

Dados de munição do crime: Esses dados foram recolhidos dos estoques de munição que foi apreendida pela polícia na cidade do Rio de Janeiro.

O estudo acumulou 2.860 cartuchos de munição não usada que foram recolhidos em 2004, 2005 e 2006 por peritos forenses do Departamento Técnico e Científico (DPCT) da polícia do Rio de Janeiro. Aguardando análise, a munição foi armazenada no ICCE,²¹ que é o procedimento normal para manuseio de munição apreendida pelas polícias militar ou civil nas regiões norte, sul e leste da cidade.²²

O DPCT registra apenas o fabricante e o calibre de cada cartucho de munição. Raramente são observados mais detalhes do que as características dos projéteis (por exemplo, tenham "jaqueta" metálica ou não). Por esse motivo, foi necessário re-investigar a munição para produzir as informações necessárias para esse tipo de análise. O pessoal da DPCT, trabalhando com o Viva Rio e o *Small Arms Survey*, compilou os seguintes dados para munição:

- a delegacia de polícia em que a munição apreendida foi recebida;
- o número do procedimento (indicando em que operação policial a munição foi apreendida);
- a quantidade de munição apreendida em cada operação policial;
- o calibre;
- o modelo;
- a fabricação e/ou fabricante;
- o ano de fabricação (se disponível);
- a data da apreensão;
- o número do lote (se disponível);
- se era munição original ou recarregada;
- o local de apreensão (rua, favela, etc.);
- a região em que a munição foi apreendida; e
- o crime relacionado (o crime a que a apreensão estava relacionada).

Enquanto a amostra neste estudo está longe de representar estatisticamente toda a munição apreendida no Rio de Janeiro²³ é, todavia, um forte indicador dos possíveis caminhos que a munição segue do fabricante até o crime.

Dados de munição das forças de segurança do estado: O estudo não observou diretamente os estoques de munição das forças de segurança. Em vez disso, usou relatórios e entrevistas para criar um amplo esboço dos tipos de munição usados por eles, quando essa munição foi adotada, e em que quantidades. Essas fontes incluíram o anuário estatístico do Exército Brasileiro (Ministério da Defesa, 1998–2003), informação de aquisição oficial de armas pequenas fornecidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, informações fornecidas pelo fabricante de munição Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) para a Comissão de Valores Mobiliários Brasileira sobre vendas de munição, e informações sobre exportações e importações de munição fabricada no Brasil.²⁴ Informações adicionais foram obtidas através de entrevistas.

Em alguns países, se exige, por lei, que os fabricantes marquem cada cartucho com um número de lote, que é um código que identifica o recipiente da munição — tal com um batalhão específico da polícia ou do exército. Usando essas informações teria sido fácil determinar se qualquer munição encontrada nas mãos de criminosos foi desviada dos estoques das forças de segurança de estado.

No entanto, a munição apreendida na amostra não estava marcada com o lote. Enquanto o Brasil é um dos poucos Estados a assim fazer, a legislação brasileira tem administrado a marcação de lote apenas desde janeiro de 2005. No momento da produção deste documento, o Estado do Rio de Janeiro não tinha comprado munição da CBC nos 12 meses anteriores (isto é, desde que a marcação de lote começou), por conta de um excedente de munição comprado nos anos anteriores (*En la Mira*, 2006).²⁵ Nenhuma munição apreendida foi fabricada depois de 2004.

É muito importante mencionar que este capítulo foi concluído quase ao mesmo tempo em que uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados do Congresso Brasileiro (CPI) que estava investigando atividades de tráfico de armas pequenas encerrava seu trabalho e publicava seu relatório final. A comissão foi constituída em março de 2005 e publicou seu relatório em novembro de 2006. Os membros da CPI ouviram a declaração de funcionários do governo, de testemunhas protegidas, e de criminosos detidos (inclusive policiais indiciados sob acusação de corrupção). O Viva Rio colaborou com os membros da CPI particularmente com a análise de dados de mais de 10.500 armas pequenas apreendidas de 1998 a 2003 pela polícia do Estado do Rio de Janeiro e rastreadas

de volta pelos produtores após uma solicitação da CPI. Embora o relatório não seja voltado particularmente para a munição, suas informações não contradizem os resultados deste capítulo e também sustenta as descobertas do capítulo, uma vez que o relatório descobre evidência de desvio de armas pequenas das instituições de segurança do estado, particularmente as forças de polícia, para grupos de criminosos (Câmara dos Deputados, 2006, pp. 358–72).



Cartucho CBC com o número de lote gravado. © DPTC

Caixa 9.1 Munição de uso restrito

A munição de uso restrito é definida pela legislação brasileira como aquela para armas de porte com uma energia de disparo superior a 407 joules, e munição para armas portáteis com uma energia de disparo superior a 1.355 joules, tais como 357 Magnum, 9 Luger, .38 Super Auto, .40 S&W, .44 SPL, .44 Magnum, .45 Colt, .45 Auto, .22–250, .223 Remington (ou 5,56 x 45 mm), .243 Winchester, .270 Winchester, 7 Mauser, .30-06, .308 Winchester (ou 7,62 x 51 mm), 7,62 x 39, .357 Magnum, .375 Winchester, e .44 Magnum (Presidência da República, 2000, arts. 16, 17, capítulos VIII e IX do Título V; 2004, art. 19).

Identificando possíveis estoques do estado: munição de uso restrito

Como ilustra o estudo de Uganda neste capítulo, a comparação dos perfis de munição dos grupos pode oferecer indícios sobre se os estoques desses grupos estão ligados através de comércio ou de captura (incluindo roubo). No caso de Uganda, isso se tornou mais fácil porque todos os grupos amostrados usaram a mesma munição. No caso do Brasil, o estudo recuperou muitos tipos de munição. A forma mais prática de avaliar se a munição foi desviada das forças de segurança do estado, então, foi focar nos tipos de munição específicos usados por esses serviços e se esses tipos estavam presentes na amostra de 2.860 cartuchos capturados pela polícia.

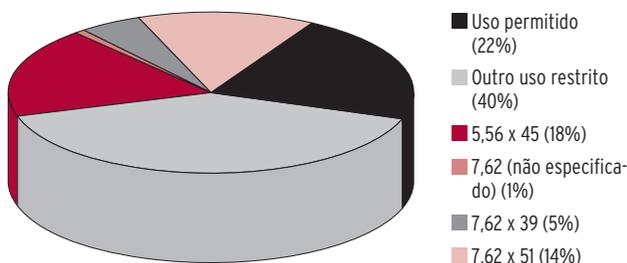
Por esse motivo, o presente estudo analisa uma subamostra de munição para fuzil de ‘uso restrito’. A munição de uso restrito é distinguível da munição de uso irrestrito no Brasil. Embora ela também possa ser usada por um pequeno número de usuários civis, tais como atiradores esportivos, caçadores e colecionados, as forças de segurança de estado são, de longe, os principais receptores de munição de arma de uso restrito.²⁶ Em resumo, é usada predominantemente pelas forças de segurança do estado.

De forma interessante, a amostra como um todo é composta predominantemente de calibres de uso restrito, particularmente calibres usados em fuzis e metralhadoras leves — 5,56 x 45 mm e 7,62 x 51 mm, respectivamente (Figura 9.6). Isso pode ser explicado (Mapa 9.1) pelo fato de que a maioria da munição foi apreendida em áreas da cidade em que há uma forte presença de uma das quatro organizações criminosas que dominam o comércio de cocaína — Comando Vermelho, Comando Vermelho Jovem, Amigos dos Amigos, e Terceiro Comando — ou em áreas com altas taxas de crime (Dowdney, 2003, pp. 265–69). Diversos estudos relatam que as facções criminosas do Rio de Janeiro preferem os fuzis. Isso está ligado não somente ao poder de fogo dessas armas e o potencial para causar danos, mas a sua importância simbólica em relação aos rivais e à polícia. Os fuzis são utilizados pelos ‘soldados’ das

organizações. Elas são usadas para defender os pontos de venda de droga estratégicos, bem como esconderijos de armas e de munição (Dowdney, 2003, pp. 39–117; Rivero, 2005; Small Arms Survey, 2006, pp. 84–86).

A maioria dessa munição nas mãos dos criminosos então tem origem nas forças de segurança pública? Os dois calibres predominantes — 5,56 x 45 mm e 7,62 x 51 mm — são certamente os dois mais usados nos fuzis das forças armadas brasileiras e da polícia do Rio de Janeiro.²⁷ O Rio de Janeiro

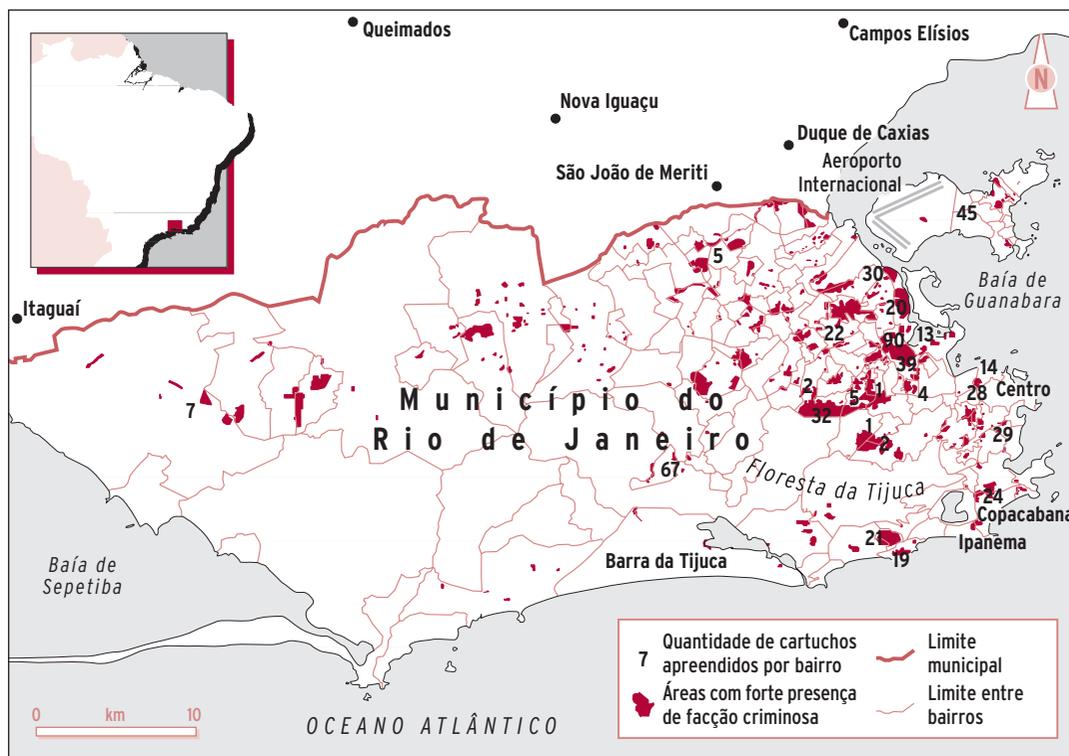
Figura 9.6 Restante da munição de 2004 e 2005 armazenada no ICCE por calibre, 22% de uso permitido e 78% de uso restrito (n = 2.860)



Fonte: Dados fornecidos pela DPTC, analisados pelo Viva Rio

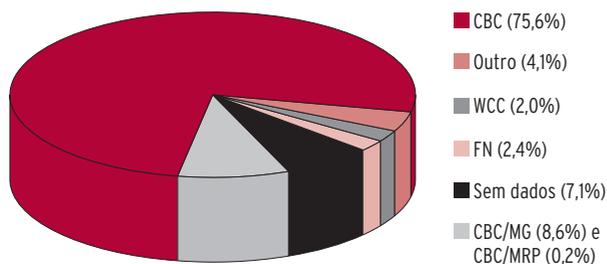
Nota: “Outros uso restrito” inclui principalmente cartuchos calibre 9mm; .45 e .40

Mapa 9.1 Apreensões da munição selecionada como amostra no Rio de Janeiro, 2003-06



é um dos poucos estados em que a polícia usa armas automáticas rotineiramente (Dreyfus e de Sousa Nascimento, 2005, p. 132). No entanto, isso não significa que aquela munição usada no crime necessariamente tem origem nas forças de segurança do estado.

Figura 9.7 Munição com a data marcada pelo fabricante (n = 1.045; CBC n = 882)



Notas: Os cartuchos fabricados pela CBC estavam marcados de diversas maneiras. Eles incluíram munição marcada CBC/MRP (Magtech Recreation Products) e CBC/MG. Magtech é o nome comercial usado pela CBC para suas exportações comerciais e CBC/MG denota a produção para o Ministério da Guerra do Brasil - munição produzida exclusivamente para as forças armadas antes de 1969 (Munición.org, 2006). WCC significa Western Cartridge Co., Illinois, Estados Unidos. FN é a marca da Fabrique Nationale d'Armes de Guerre, Bélgica.

Fonte: Dados fornecidos pela DPTC, analisados pelo Viva Rio

Para investigar melhor os caminhos do possível desvio, os dados tiveram que ser filtrados de duas maneiras. Primeiro, o estudo reteve apenas os cartuchos marcados com o ano de fabricação. Isso foi necessário para determinar se a munição apreendida dos criminosos combinava com as datas em que as forças de segurança do estado adquiriram a munição daquele tipo. Segundo, ela reteve munição fabricada pelas mesmas fábricas que fornecem munição para as forças de segurança do estado.

Dos 2.860 cartuchos em toda a amostra, 1.045 estavam marcados com o ano de pro-

A munição fabricada nacionalmente está nas mãos das facções criminosas do Rio de Janeiro.

dução. Desses, 882 cartuchos foram fabricados pela CBC – a fornecedora nacional exclusiva para as forças de segurança do estado (Figura 9.7).²⁸ Para uma especificação ainda maior, somente os cartuchos para fuzil de uso restrito fabricados pela CBC foram escolhidos para maior análise. Essa subamostra de 612 cartuchos CBC compreendia os cartuchos para fuzil de calibres 7,62 x 51 mm e 5,56 x 45 mm que se tornaram a amostra de trabalho para este estudo. É importante observar que a partir desta amostra (612 cartuchos) somente um cartucho foi identificado pelos peritos forenses do ICCE como munição recarregada, e somente três casos não mostram dados sobre aquele campo em particular. Então, 99,3 por cento da amostra é composto de munição não-recarregada.²⁹ Esse fato excluiria a possibilidade desses cartuchos serem o resultado da coleta de cápsulas vazias e recarregadas ilegalmente pelos criminosos.

Fontes potenciais de munição CBC nas mãos das organizações criminosas

A presença de 612 cartuchos para fuzil de uso restrito na amostra significa que a munição fabricada nacionalmente, destinada para uso pelas forças de segurança, está nas mãos das facções criminosas do Rio de Janeiro. Isso então implica o desvio dos estoques das forças de segurança pública do Brasil?

Há uma concentração particularmente alta de usuários de força de segurança da munição de uso restrito da CBC no Estado do Rio de Janeiro — 22% do pessoal militar em atividade e aposentado no país e mais de 60.000 policiais (Dreyfus e de Sousa Nascimento, 2005, pp. 124–29). Mas só isso não necessariamente implica as forças de segurança do estado como uma fonte. Há duas alternativas plausíveis.

Primeiro, a CBC exporta munição de calibre militar para diversos países vizinhos. É possível que essa munição possa re-entrar no Brasil através de canais ilícitos para abastecer o crime no Rio de Janeiro. Segundo, como a munição de uso restrito pode ser adquirida por (embora um pequeno número) de usuários civis, tais como atiradores esportivos, caçadores e colecionadores, essas podem ser outras fontes de munição ilícita. Nenhuma única opção pode ser excluída totalmente, mas as seções a seguir dão alguma idéia da provável magnitude de cada fonte de munição nas mãos dos criminosos.

Possível transferência de países vizinhos

CBC é uma das maiores exportadoras de munição da região. A munição nas mãos das facções criminosas do Rio de Janeiro poderia ter sido transferida ilicitamente desde um dos clientes da CBC em um dos estados vizinhos do Brasil?

Uma revisão das exportações de armas do Brasil sugere que seus dez maiores parceiros de exportação entre 1980 e 2004 apresentavam diversos países da América do Sul — a maioria deles fazendo fronteira com o Brasil. Em particular observação está o Paraguai, que é conhecido com um grande ponto de desvio de munição para o mercado ilícito, e então uma possível fonte de re-entradas ilícitas de munição da CBC (Dreyfus e Bandeira, 2006; Dreyfus, Lessing, e Purcena, 2005, pp. 75, 77–78).

No entanto, enquanto o Paraguai estava entre os dez principais importadores de munição brasileira durante meados dos anos 90, as exportações comerciais de armas pequenas e de munição brasileiras para aquele país foram interrompidas depois de 1999 (Dreyfus e Bandeira, 2006). Muita da munição na amostra tem data de depois de 1999. Além disso, desde 2001, e com exceção do México, Equador, Chile e Argentina, as exportações comerciais para países da América Latina e Caribe têm sido virtualmente eliminadas por uma taxa de exportação de 150 por cento sobre as exportações comerciais de munição para os últimos países (Dreyfus e Bandeira, 2006, p. 12).

Colômbia, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Venezuela e Uruguai também têm sido destinos de exportação importantes para munição brasileira desde meados dos anos 90. No entanto, há diversos motivos para se acreditar que

esses países são muito improváveis de serem a fonte da munição ilícita do Rio de Janeiro (Dreyfus e Bandeira, 2006; Dreyfus, Lessing, e Purcena, 2005, pp. 75, 77, 78).

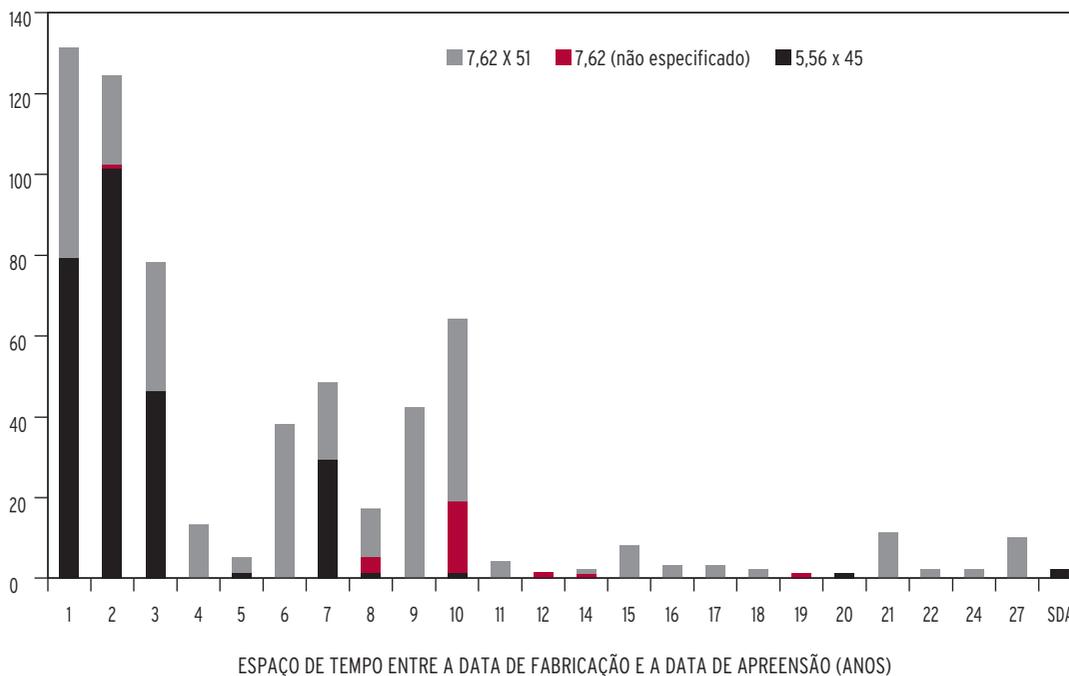
A Colômbia é uma fonte improvável. A maioria das exportações da CBC para a Colômbia é de munição 5,56 x 45 mm e estojos vazios do mesmo calibre. Contudo, esses itens, produzidos para as forças armadas da Colômbia, são marcados com as letras “IM” (a logo da INDUMIL — a fábrica de armas do estado colombiano) antes da exportação.³⁰ Não há cartuchos marcados com IM na amostra recolhida pela polícia no Rio de Janeiro.

Isso deixaria a possibilidade da munição de arma de uso restrito da CBC exportada para as forças armadas (que são as instituições públicas armadas que usam predominantemente esse tipo de munição) de outros países vizinhos, particularmente a Bolívia (que tem produção de munição nacional, embora não significativa), e Uruguai, Suriname e Guiana (que não têm produção de munição nacional de maneira alguma) (Dreyfus e Lessing, 2003; Small Arms Survey, 2004, pp. 17–27).³¹ No entanto, de acordo com as fontes da CBC, a empresa não tem exportado munição de revólver e metralhadora para os militares de países limítrofes ‘por um bom tempo’.³²

A respeito dos usuários civis nos outros países na região, a munição da CBC está marcada de maneira diferente da maioria da munição para fuzis de uso restrito na amostra. A munição produzida pela CBC para o mercado civil (atiradores esportivos e caçadores) é marcada em polegadas em vez de milímetros.³³ A porcentagem de munição de .223 polegadas (5,56 x 45 mm) e .308 polegadas (7,62 x 51 mm) é insignificante (1,2%) na amostra apreendida no

Figura 9.8 Espaço de tempo (anos) entre a data de fabricação e a data de apreensão pela polícia do Rio de Janeiro da munição CBC para fuzil de uso restrito (n = 612)

QUANTIDADE DE CARTUCHOS



SDA = sem data de apreensão

Fonte: Dados fornecidos pela DPTC, analisados pelo Viva Rio

Rio de Janeiro. Há apenas 23 cartuchos de calibre .223 em toda a amostra, dos quais somente 6 foram fabricados pela CBC, e 12 cartuchos de calibre .308, nenhum dos quais foi fabricado pela CBC.

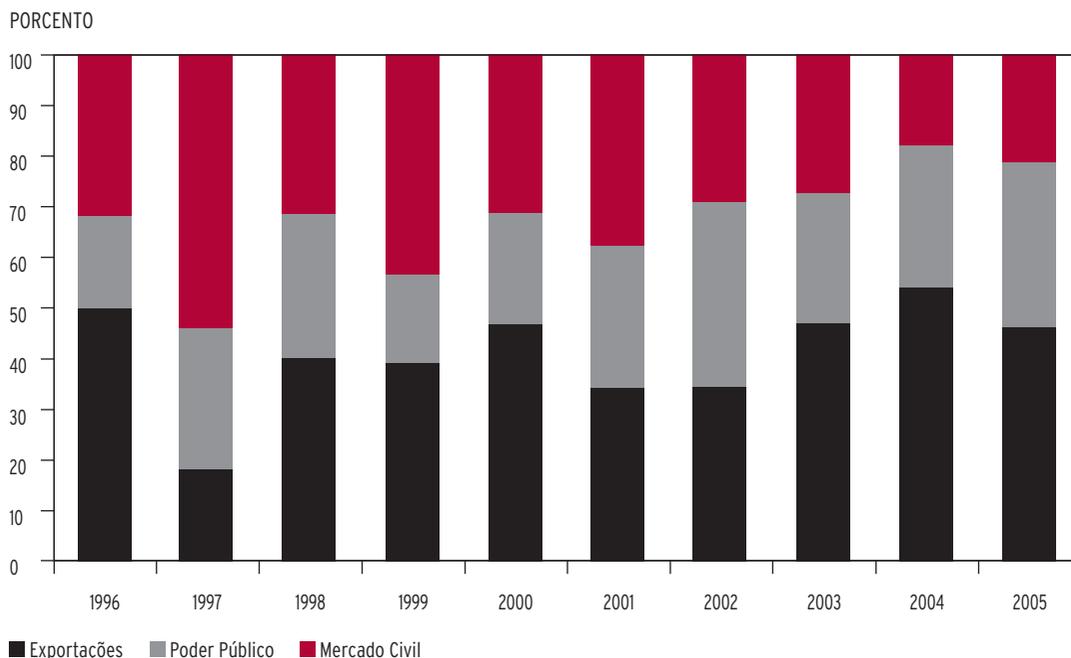
Pelo acima exposto, e provável que a munição desviada das forças armadas de países vizinhos, constitua uma fração relativamente pequena de amostra capturada dos criminosos. Considerando que as forças de segurança brasileiras são equipadas com as variedades mais comuns de munição para fuzil na amostra, elas são a fonte?

Como no caso de Uganda, a análise do período entre a data de produção e a data em que a munição foi apreendida, por sua brevidade, pode sugerir fontes nacionais. A Figura 9.8 indica que, para a maioria dos cartuchos, as passagens de tempo entre a produção e a apreensão são entre um e dez anos, mas os cartuchos têm idade entre um e três anos entre a data de produção e a data de apreensão são o grupo claramente predominante. Os estoques de munição mais antigos têm, provavelmente, uma cadeia de abastecimento maior. Como observado no estudo de Uganda, essa é simplesmente uma função de “estar em circulação por mais tempo”. O oposto é verdade dos estoques de munição mais novos: há uma cadeia de abastecimento potencialmente menor. Dada a idade dos cartuchos apreendidos pela polícia no Rio de Janeiro, é provável que uma proporção maior dessa munição ilícita tenha sido desviada dos estoques da força de segurança nacional do que do exterior. No entanto, também poderia ter sido desviada do número limitado de usuários civis que são autorizados a usar a munição de uso restrito.

Possível perda de estoques mantidos legalmente por civis

O desvio dos estoques civis dentro do Brasil — e particularmente dentro do Rio de Janeiro — é uma outra fonte plausível de munição ilícita, mas é provável que os estoques civis contenham apenas um pequeno volume de muni-

Figura 9.9 Vendas brutas de munição da CBC por segmento de mercado, 1996–2005



Fonte: CVM (1996–2005a; 1996–2005b)

ção do calibre encontrado na amostra. Como mencionado anteriormente, a munição produzida para o mercado civil é marcada em polegadas, e a munição marcada dessa forma é insignificante na amostra analisada.

Como ilustra a Figura 9.9, nos últimos dez anos a maior parte das vendas de munição CBC tem sido para mercados estrangeiros e para as instituições de governo brasileiras (CVM, 1996–2005a; 1996–2005b). De suas vendas totais, 46 por cento foi derivado de exportações e 33 por cento do abastecimento da polícia e militares brasileiros. O mercado civil compreende 21 por cento das vendas totais — um candidato a uma fonte de munição de revólver de uso restrito ilícita, mas não grande.

Além disso, os 21 por cento do segmento civil do mercado consiste de muitos tipos de munição diferentes, e é possível que a munição para fuzil de uso restrito compreenda uma porcentagem muito pequena dessa participação, uma vez que não pode ser legalmente vendida para a maioria dos usuários civis. Não pode ser vendida em lojas de armas, mas somente pode ser comprada diretamente da fábrica ou importada pelas forças armadas, com autorização do Ministério da Defesa e pelas agências de execução de lei, colecionadores, atiradores e caçadores com autorização especial do Exército Brasileiro. Os colecionadores de armas somente podem armazenar munição inerte desse tipo. Os únicos outros civis legais são atiradores esportivos e caçadores registrados que têm autorização da Diretoria de Produtos Controlados do Exército do Brasil.³⁴ Então, a maioria de usuários civis legais de munição de uso restrito não usa munição para fuzil de uso restrito.³⁵ Dada a pequena parte de civis do mercado de munição de uso restrito e a grande proporção de munição de uso restrito na amostra apreendida, é improvável que os usuários civis legalizados sejam uma fonte significativa da munição para fuzil e encontrada nas mãos dos criminosos do Rio de Janeiro.

Possível perda ou desvio das forças de segurança do estado

Diversas características do perfil da munição para fuzil de uso restrito apreendida no Rio de Janeiro indicam que muito dessa munição compreenda cartuchos que foram desviados das forças de segurança do estado.

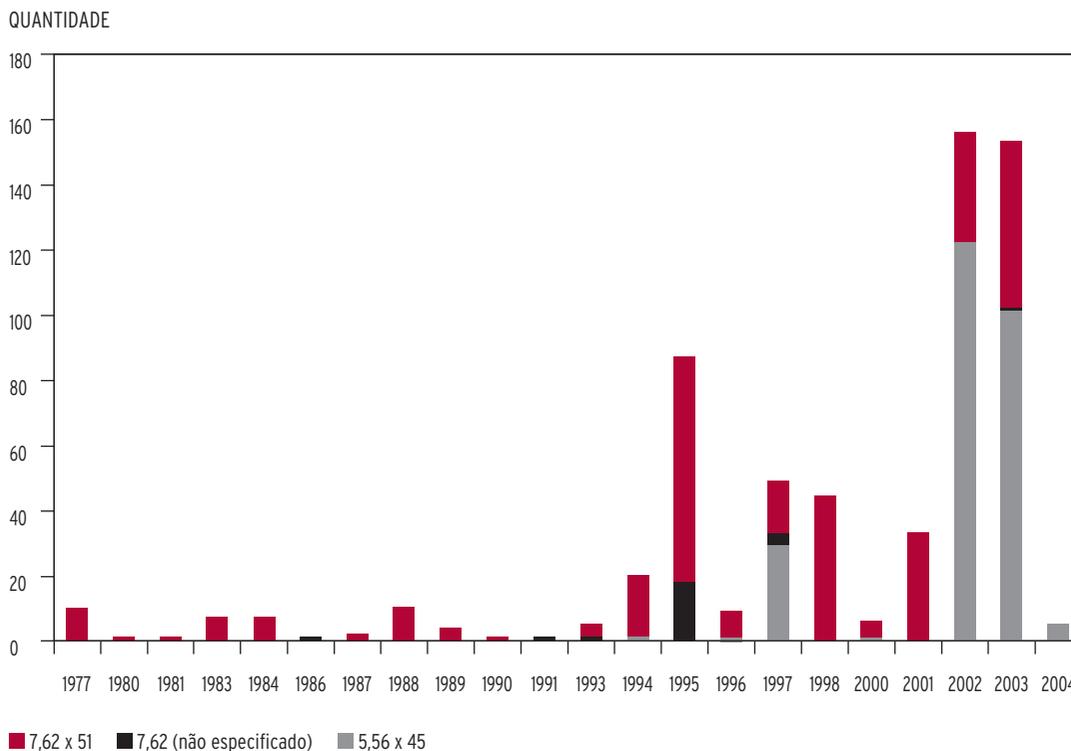
Primeiro, como a Figura 9.10 ilustra, há uma alta concentração de 7,62 x 51 mm fabricada em meados e final dos anos 90 — de forma mais especial de 1995 em diante. O calibre tem sido usado pelo Exército do Brasil desde os anos 60, mas em meados dos anos 90 (especialmente em 1995, 1996 e 1997) o exército doou armas 7,62 x 51 mm FAL para a polícia do Rio de Janeiro.³⁶ A polícia começou a adotar fuzis de assalto a fim de se igualar ao poder de fogo crescente das organizações de tráfico de drogas (Câmara dos Deputados, 2005c, p. 7; Dreyfus e de Sousa Nascimento, 2005, p. 132; Lessing, 2005, p. 218). Devemos supor que isso também exigiu a transferência — e o contínuo abastecimento — da munição 7,62 x 51 mm cabível. A Figura 9.10 mostra concentrações mais altas de munição 7,62 x 51 mm na amostra depois de 1995.

No entanto, os Fuzileiros Navais brasileiros, uma força de 14.600 homens, mantêm bases próximas ao Rio de Janeiro. Essas tropas substituíram seus fuzis 7,62 x 51 mm FAL por fuzis M16A2 calibre 5,56 x 45 mm feitas nos EUA por volta do mesmo tempo que a polícia (1997 e 1998). As armas FAL excedentes foram mantidas para treinamento (Dreyfus e de Sousa Nascimento, 2005, p. 114). A possibilidade de um desvio de munição excedente de 7,62 x 51 mm resultada dessa troca no tipo de armas também não deve ser descartada.

A munição 5,56 x 45 mm na amostra é mais recente, tendo sido fabricada primeiramente em 2002 e 2003 (Figura 9.10). Essa relativa juventude sugere uma migração muito rápida da fabricação legal para o uso ilícito — 0 a 4 anos.

Novamente, há alguns paralelos interessantes entre o perfil da munição apreendida e as políticas de aquisição da polícia do Rio de Janeiro. Primeiro, a polícia adquiriu armas 5,56 x 45 mm em 1999 e 2000, quando a Secretaria de Segurança Pública comprou 1.500 fuzis Colt M-16 (Partido Socialista Brasileiro, 2006).³⁷ As forças de polícia do

Figura 9.10 Quantidade de munição CBC para fuzil de uso restrito por calibre e ano de fabricação (n = 612)



Nota: Nenhum cartucho fabricado em 1978, 1979, 1982, 1985, 1992 e 1999 foi encontrado na amostra, por isso esses anos não estão representados no gráfico.

Fonte: Dados fornecidos pela DPTC, analisados pelo Viva Rio

Estado do Rio de Janeiro também compraram grandes quantidades de munição de 2001 a 2005 (Tabela 9.3). A Figura 9.10 mostra uma alta concentração de munição 5,56 x 45 mm em 2002 e 2003.

As munições 7,62 x 51 mm e 5,56 x 45 mm de forma plausível poderiam ter sido desviadas dos estoques da polícia para as mãos das facções criminosas do Rio de Janeiro. Entre 2001 e 2004, mais de sete milhões de cartuchos foram comprados para a polícia militar (polícia uniformizada preventiva) do Rio de Janeiro e mais de cinco milhões para a polícia civil (polícia investigativa) do Rio de Janeiro (Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2004, p. 4). Ambas as forças de polícia (polícia militar e polícia civil) poderiam, potencialmente, ser a fonte dos cartuchos na amostra.

A polícia do Rio de Janeiro é uma das possíveis de desvio de munição.

Os dados sugerem que a polícia do Rio de Janeiro é uma forte candidata para o desvio. Recentes descobertas do envolvimento da polícia no desvio de munição sustentam essa observação. Em julho de 2005, o homem que durante 16 anos foi o chefe do depósito de munição da polícia civil do Rio de Janeiro foi preso, com nove outros policiais, acusado do desvio de pelo menos 10.000 cartuchos para as organizações de tráfico de drogas (Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2005; Dreyfus, 2006).

De acordo com o então Sub-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, César Campos, o número de cartuchos usados em tiroteios nas favelas diminuiu após a prisão (*En la Mira*, 2006). A diminuição no consumo de munição pode estar diretamente ligada a uma redução no fornecimento.

Tabela 9.3 Munição comprada pelas polícias do Estado do Rio de Janeiro 2001-05

Year	Purchased ammunition (rounds)
2001	2.900.000
2002	–
2003	1.210.000
2004	7.400.000
2005	552.000

Nota: As informações para 2002 foram fornecidas somente em valores (totalizando US\$ 1,8 milhão) em vez de quantidades.

Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro (2001)

O caso de desvio dos estoques públicos no Rio de Janeiro

Uma combinação de diversos fatores sugere que as forças de segurança do estado — mais em especial a polícia — são a fonte da maioria da munição para fuzil de uso restrito identificadas neste estudo como sendo desviadas para as facções criminosas.

Nem um único indicador é suficiente para indicar com qualquer grau de certeza, mas reunidas, essas descobertas se sustentam mutuamente.

Em primeiro lugar, a munição é de fuzil de uso restrito usada pela polícia do Rio de Janeiro. Seus consumidores civis são em número limitado. Segundo, a predominância de munição 5,56 x 45 mm na amostra fabricada em 2002 e 2003 coincide com os anos em que as forças de polícia do Rio de Janeiro compraram grandes quantidades de munição 5,56 x 45 mm. Há um paralelo semelhante entre os aumentos de munição 7,62 x 51 mm e a adoção pela polícia de armas daquele calibre em meados dos anos 90. Terceiro, a revelação de julho de 2005 de envolvimento em desvio de munição em larga escala implica a polícia como uma fonte de munição entrando no mercado ilícito. Quarto, o período de tempo entre a data de fabricação da munição e sua apreensão no mercado ilícito é curto, indicando uma cadeia de abastecimento curta e uma fonte próxima ao local de apreensão.

Parte da munição ilícita também pode re-entrar no Brasil vinda do exterior, mas muito pouco dessa munição é marcada da mesma forma que a munição destinada para as forças de segurança do Brasil. A munição para fuzil de uso restrito fabricada nacionalmente na amostra é na maior parte muito nova, e os fatores listados acima sugerem que os desvios das forças de segurança podem ter uma função de ajudar às altas taxas de crime e mortalidade do Rio de Janeiro.

O Estado brasileiro reconheceu que combater o roubo dessas instituições é uma prioridade. A marcação de lote da munição vendida para as instituições públicas já começou. As observações feitas neste estudo sugerem que tais medidas são necessárias para garantir que as forças de segurança se responsabilizem pelos estoques de munição no Brasil, e particularmente no Rio de Janeiro. Suas implicações para a proliferação de munição ilícita são claras — a limpeza do mercado ilícito começa em casa.

Um subproduto deste estudo, realizado pelo Viva Rio em conjunto com o DPTC, é que é muito provável que melhore os métodos de coleta de dados do segundo. Isto é assim especialmente a respeito dos métodos estatísticos para a identificação e detecção dos padrões de desvio.

CONCLUSÃO

Karamoja em Uganda e a cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, experimentam altos níveis de violência armada: níveis que são bem superiores às suas médias nacional e regional. Em ambos os casos, a munição é um ingrediente vital na violência armada que tira centenas, se não milhares, de vidas a cada ano.

Os dois estudos neste capítulo usaram diferentes métodos de coleta e de análise de dados. No caso de Karamoja, os dados foram recolhidos diretamente dos estoques particulares dos guerreiros na região. No Rio de Janeiro, a munição foi apreendida pela polícia antes do estudo. No entanto, ambos revelam uma tendência preocupante. Cada qual pode fazer uma forte afirmação de que uma quantidade considerável de munição usada por atores armados não-estatais tem origem nas forças de segurança do estado.

No caso de Uganda, a evidência aponta assertivamente para membros das forças de segurança transferindo munição para os Karimojong. Isso está em oposição direta às sucessivas e contínuas iniciativas de desarmamento que visam a interrupção do conflito nesta parte de Uganda. No caso do Rio de Janeiro, não há comprovação suficiente para sugerir esse tipo de negociação. Contudo, há evidência que, seja através do comércio, de perda ou de roubo, que a munição das forças de segurança está abastecendo parte da extrema violência armada da cidade.

Uganda e Brasil apresentam uma outra direção preocupante. A munição encontrada nas mãos dos atores de combate não-estatais é, em sua maioria, nova. No Brasil, grande parte da munição foi apreendida dos criminosos entre um e três anos após a fabricação. De modo semelhante, grande parte da munição dos Karimojong é datada de 2004. Ambas as descobertas indicam uma curta cadeia de abastecimento — a munição foi fabricada, enviada para as forças de estado, e ‘perdida’ para atores não-estatais dentro do espaço de dois ou três anos, no máximo.

As descobertas deste capítulo sugerem que, em alguns países, o principal fornecimento de munição ilícita pode não ser o mercado ilícito internacional, mas um próspero mercado nacional com origem nas forças de segurança do estado. A questão da segurança dos estoques está há muito tempo no radar da política de armas pequenas. Pesquisa desse tipo re-enfatiza como é importante focar na segurança do estoque.

O que acontece quando as forças que supostamente combatem os conflitos na verdade os estão abastecendo? O resultado, na ausência de intervenções na forma de reforma do setor de segurança e de esforços para introduzir responsabilidade sobre os estoques de munição, é uma dinâmica autopropagante. As forças de segurança, junto com o seu forte poder de fogo, estão situadas em uma região com o objetivo de prevenir ou resolver a violência armada. Mas estando lá, elas aumentam aquele conflito ou violência criminosa, sustentando-a ou mesmo agravando-a.

Essas descobertas devem enviar uma mensagem clara para todos os governos: o controle das armas pequenas começa em casa. Caso contrário é extremamente provável que repetidamente, o setor de segurança nacional seja uma fonte de armas e munição para atores não-estatais. ■

LISTA DE ABREVIÇÕES

CBC	Companhia Brasileira de Cartuchos	LRA	Lord's Resistance Army (Exército de Resistência do Senhor)
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito, Brasil		
DPTC	Departamento da Polícia Técnico-Científica	SPLA	Sudan People's Liberation Army (Exército da Libertação do Povo do Sudão)

ICCE	Instituto de Criminalística Carlos Éboli	UPDF	Uganda People's Defence Forces (Forças de Defesa do Povo de Uganda)
LAP	Local Administration Police (Polícia de Administração Local)	URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
LDU	Local Defense Unit (Unidade de Defesa Local)	UWA	Uganda Wildlife Authority (Autoridade da Vida Selvagem de Uganda)

NOTAS FINAIS

- 1 O termo 'forças de segurança do estado' é usado neste capítulo para indicar as forças armadas e as forças e agências armadas estatais de execução da lei.
- 2 O pesquisador era James Bevan, que também fez todas as entrevistas em Karamoja.
- 3 Parte da munição padrão UPDF foi fornecida pela UPDF para um intermediário, que não pode ser identificado aqui por questões de segurança.
- 4 Para fins de identificação anônima, os cinco grupos Karimojong dos quais a munição foi originada foram rotulados Karimojong 1–5.
- 5 Teoricamente, a organização da munição dessa forma poderia afetar seriamente as suposições feitas sobre se quaisquer dois conjuntos de munição do mesmo ano e país de origem são de fato a mesma. Por exemplo, a munição nas mãos dos Karimojong datada de 2004 e originada na China e marcada com um 71 04 hipotético seria diferente da munição nas mãos da UPDF, por exemplo, marcada 61 04 — cada qual tendo sido produzida em uma fábrica diferente, embora no mesmo ano e país. Na prática, o ator de tabulação cruzada, marca, estado produtor e ano de fabricação revelaram que as cápsulas de munição produzidas em apenas um país, mas por duas fábricas diferentes em um único ano ocorreru apenas 5 vezes em 438 cartuchos da amostra.
- 6 A categoria 'outro' inclui procedimentos desconhecidos (9,5 por cento), Tchecoslováquia (1,6 por cento) e a antiga Alemanha Oriental (0,7 por cento). Elas são omitidas dos gráficos apresentado no capítulo por questões de esclarecimento.
- 7 Entrevistas com o pessoal da UWA, Karamoja, norte de Uganda, agosto de 2006.
- 8 Entrevistas com o pessoal da LAP, Karamoja, norte de Uganda, agosto de 2006.
- 9 Entrevistas com uma fonte bem-informada, Karamoja, norte de Uganda, junho e agosto de 2006.
- 10 Pouco antes da publicação, a Small Arms Survey recebeu um relatório que parte da munição da Luwero Industries marcada '02' (considerada 2002) é provável de ter sido produzida em outros anos que não 2002. As práticas de marcação internacionais algumas vezes são inconsistentes e devem assim ser levadas em consideração em qualquer estudo desse tipo.
- 11 Entrevistas com o pessoal da LAP, Karamoja, norte de Uganda, agosto de 2006.
- 12 Entrevistas com os membros Karimojong, Karamoja, norte de Uganda, maio e agosto de 2006.
- 13 Resultados iniciais de um projeto de rastreamento de munição expandido da Small Arms Survey no Quênia, em Uganda e no Sudão sugerem que pequena parte da munição que circula entre os Karimojong tem origem no Quênia e no Sudão. Os resultados do estudo serão publicados no final de 2007.
- 14 Entrevistas com cinco grupos separados de guerreiros Karimojong, Karamoja, norte de Uganda, agosto de 2006.
- 15 O confronto de novembro de 2006 entre os guerreiros Karimojong e a UPDF mencionado na introdução deste capítulo indica o aumento de hostilidades na região. Tais ataques eram incomuns no passado, e é importante destacar que as hostilidades em expansão ocorreram após a pesquisa para este capítulo ter sido concluída.
- 16 Entrevistas com cinco grupos separados de guerreiros Karimojong, Karamoja, norte de Uganda, agosto de 2006.
- 17 Entrevistas com os membros Karimojong, Karamoja, norte de Uganda, maio e agosto de 2006.
- 18 Este estudo já está a caminho. Vide nota 12 acima.
- 19 Dowdney (2003); Misse (1999); Lessing (2005); Rivero (2005); Stefanini (2005).
- 20 Schroeder (2004, pp. 21–26); Small Arms Survey (2004, pp. 50–60); Câmara dos Deputados (2006); Dreyfus (2006, pp. 186–89); Small Arms Survey (2006, pp. 83–87).
- 21 Uma vez no ICCE, o material apreendido é analisado e estudado por peritos forenses. Detalhes sobre a munição foram descritos minuciosamente, e a munição é enviada para a caixa-forte da Divisão de Controle de Armas e Explosivos. Esses 2.860 cartuchos não tinham sido analisados e eram o restante dos estoques que foram recolhidos pelo ICCE para análise. Previamente a este estudo não foram mantidos registros precisos, então foi impossível determinar quantos milhares de outros cartuchos passaram pelo ICCE durante aquele período.
- 22 Excluindo a área metropolitana, o Estado do Rio de Janeiro, e os bairros da zona oeste da cidade.

- 23 De acordo com as fontes da polícia, entre 2002 e 2004 a Delegacia de Repressão de Armas e Explosivos da polícia civil do Rio de Janeiro apreendeu um total de mais de 440.000 cartuchos de munição de diversos calibres (Câmara dos Deputados, 2005b, p. 33; Dreyfus, 2006, p. 179).
- 24 Isso inclui informações sobre exportações de munição pelo Brasil e importações de munição brasileira por países vizinhos, particularmente o Paraguai. Como mencionado em outros trabalhos (Dreyfus, 2006; Dreyfus e Bandeira, 2006), o tráfico ilícito de munição exportada legalmente para países vizinhos é uma fonte de abastecimento para as organizações criminosas no Brasil. No entanto, vale observar que desde 1999 o Brasil não exporta mais munição para o mercado civil no Paraguai. Além disso, desde 2001, e com exceção do Equador, Chile e Argentina, as exportações comerciais para a América do Sul, América Central e países caribenhos tem sido virtualmente eliminadas por uma taxa de exportação de 150% sobre exportações comerciais de munição de armas para aquelas áreas (Dreyfus e Bandeira, 2006). Essas informações foram compiladas usando o banco de dados NISAT e uma empresa privada de consultoria comercial estrangeira no Paraguai (OCIT Trade).
- 25 No Brasil, a marcação por lote é relativamente fácil de ser implantada, uma vez que somente uma empresa — CBC — produz munição para os mercados civil, policial e militar.
- 26 De acordo com as regulamentações brasileiras, os colecionadores podem apenas ter munição desativada (inerte) (Ministério da Defesa, 2000, art. 6).
- 27 Com exceção das unidades especializadas da polícia civil do Rio de Janeiro, que ocasionalmente usa as armas Kalashnikov, o calibre padrão dos fuzis das forças armadas e forças de polícia brasileiras são 5,56 x 45 mm e 7,62 x 51 mm. Esse também é o caso para todas as forças armadas na América do Sul, com exceção da Venezuela, desde 2005, quando o país adotou o fuzil AK-103 como sua arma de assalto padrão (Small Arms Survey, 2006, p. 87). Na amostra usada neste estudo, há uma pequena quantidade (26) de munição de arma de uso restrito marcada apenas como 7,62 sem especificar o comprimento do estojo.
- 28 A CBC é a única produtora de munição de armas pequenas no Brasil e a maior empresa de fabricação de munição na América Latina. Setenta e sete por cento de suas vendas derivam da munição (CVM, 1996–2005a; 1996–2005b).
- 29 Como explicado em trabalhos anteriores, a recarga ilícita de munição é considerado apenas um problema menor pelos analistas forenses do Rio de Janeiro. As espoletas originais da CBC são marcadas com uma letra 'V' (Dreyfus, 2006, p. 193). No entanto, esse não é o único método de identificação dessa característica usada pelos peritos forenses, que têm técnicas e observações especiais a fim de determinar se um cartucho foi recarregado ou não.
- 30 Entrevista com oficiais da INDUMIL e oficiais da inteligência colombiana, Bogotá, outubro de 2004.
- 31 Todos os outros países da América do Sul têm produção de munição doméstica para suas forças armadas (Dreyfus e Lessing, 2003).
- 32 Entrevista com um funcionário da CBC, Ribeirão Pires, São Paulo, outubro de 2006.
- 33 Entrevista com um funcionário da CBC, Ribeirão Pires, São Paulo, outubro de 2006.
- 34 Ministério da Defesa (2000, art. 6); Presidência da República do Brasil (2000, arts. 16, 17, 196, e 197, capítulos VIII e IX do Título V); Presidência da República do Brasil (2004, arts. 19, 51, e 53); Dreyfus (2006, p. 180). De acordo com uma portaria do Ministério da Defesa, desde 2001 os atiradores esportivos não podem comprar e/ou usar munição .223 (5,56 x 45 mm) (Ministério da Defesa, 2001, art. 8).
- 35 Em 2004, havia uma estimativa de 15.091 caçadores e atiradores esportivos no Brasil possuindo 60.364 armas pequenas (nem todas elas armas de uso permitido), em um país em que se estima que os civis (excluindo caçadores, colecionadores e atiradores esportivos) possuem cerca de 4,4 milhões de armas pequenas de uso restrito (Ministério da Defesa, 1998–2003; Dreyfus e de Sousa Nascimento, 2005, pp. 107, 120).
- 36 Entrevista com um oficial de alta patente da polícia militar do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, dezembro de 2006.
- 37 Entrevista com um importador e corretor de armas pequenas, Rio de Janeiro, julho de 2006.

BIBLIOGRAFIA

- AI (Amnesty International). 2005. 'Brazil: "They Come in Shooting": Policing Socially Excluded Communities.' AI press release. AMR 19/033/2005. 2 December. Acessado em 2 January 2007. <<http://web.amnesty.org/library/index/ENGAMR190252005>>
- . 2006. 'People's Republic of China Sustaining Conflict and Human Rights Abuses: The Flow of Arms Accelerates.' AI Index: ASA 17/030/2006. 11 June. Acessado em 2 de janeiro de 2007. <<http://web.amnesty.org/library/index/engasa170302006>>
- Byrnes, Rita, ed. 1990. *Uganda: A Country Study*. DT433.222.U351992. Washington, DC: Federal Research Division, Library of Congress. <<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/ugtoc.html>>
- Câmara dos Deputados. 2005a. CPI-Tráfico de Armas, Transcrição IPSIS VERBIS, Audiência Pública, Nº 0345/05, Brasília, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas (CPI-TRÁFICO DE ARMAS Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação). 12 de abril. Acessado em 20 de dezembro de 2006. <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias/cpi/cpiarmas/notas.html>>

- . 2005b. CPI-Tráfico de Armas, Transcrição IPSIS VERBIS, Audiência Pública, Nº 0620/05, Brasília, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas (CPI-TRÁFICO DE ARMAS Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação). 18 de maio. Acessado em 20 de dezembro de 2006.
<<http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias/cpi/cpiarmas/notas.html>>
- . 2005c. CPI-Tráfico de Armas, Transcrição IPSIS VERBIS, Audiência Pública, Nº 0324/05, Brasília, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas (CPI-TRÁFICO DE ARMAS Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação). 7 de abril. Acessado em 20 de dezembro de 2006.
<<http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias/cpi/cpiarmas/notas.html>>
- . 2006. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas (CPI-TRÁFICO DE ARMAS), Brasília, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas (CPI-TRÁFICO DE ARMAS). Novembro. Acessado em 20 de dezembro de 2006.
<<http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias/cpi/cpiarmas/RelatorioFinalAprovado.html>>
- Cartwin. 2006. *Cartwin Professional Edition Version 3 Identification Software for Small Caliber Cartridges*. Gytsjerk: Knap Visuals. China. Ministério de Relações Exteriores. 2003. 'China and Uganda.' <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/3109/t16595.htm>>
- CVM (Comissão de Valores Mobiliários). 1996–2005a. *Informações Anuais (IAN) Companhia Brasileira de Cartuchos*. Brasília: Serviço Público Federal, CVM.
<<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ExibeTodosDocumentosCVM.asp?CCVM=13315&CNPJ=57.494.031/0001-63&TipoDoc=C>>
- . 1996–2005b. *Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) Companhia Brasileira de Cartuchos*. Brasília: Serviço Público Federal, CVM.
<<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ExibeTodosDocumentosCVM.asp?CCVM=13315&CNPJ=57.494.031/0001-63&TipoDoc=C>>
- Dowdney, Luke. 2003. *Children of the Drug Trade: A Case Study of Children in Organised Armed Violence in Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras.
<http://www.coav.org.br/publique/media/livroluke_eng.pdf>
- Dreyfus, Pablo. 2006. 'Crime and Ammunition Procurement: The Case of Brazil.' In Stéphanie Pézard and Holger Anders. *Targeting Ammunition: A Primer*. Geneva: Small Arms Survey, pp. 173–94.
- Dreyfus, Pablo and Antônio Rangel Bandeira. 2006. 'Watching the Neighborhood: An Assessment of Small Arms and Ammunition "Grey Transactions" on the Borders between Brazil and Paraguay, Bolivia, Uruguay and Argentina.' Documento de trabalho No. 2, Projeto de Controle de Armas de Fogo, Viva Rio. Acessado em 20 de dezembro 2006. <<http://www.ploughshares.ca/libraries/Control/GlobalPrinciplesVivaRioEng.pdf>>
- Dreyfus, Pablo and Marcelo de Sousa Nascimento. 2005. 'Small Arms Holdings in Brazil: Toward a Comprehensive Mapping of Guns and Their Owners.' In Rubem Cesar Fernandes. *Brazil: The Guns and the Victims*. Rio de Janeiro: ISER, pp. 94-145. Acessado em 2 de janeiro de 2007.
<http://www.vivario.org.br/publique/media/Small_Arms_Holding_in_Brazil_Toward_a_comprehensive_mapping_of_guns_and_their_owners_By_Pablo_Dreyfus_e_Marcelo_de_Souza_Nascimento.pdf>
- Dreyfus, Pablo and Benjamin Lessing. 2003. *Production and Exports of Small Arms and Light Weapons and Ammunition in South America and Mexico*. Documento de fundo não publicado. Genebra: Small Arms Survey.
- Dreyfus, Pablo; Benjamin Lessing, and Julio Cesar Purcena. 2005. 'The Brazilian Small Arms Industry: Legal Production and Trade.' In Rubem Cesar Fernandes. *Brazil: The Guns and the Victims*. Rio de Janeiro: ISER, pp. 50–93. Acessado em 2 de janeiro de 2007.
<http://www.vivario.org.br/publique/media/The_Brazilian_Small_Arms_Industry_Legal_production_and_Trade_By_Pablo_Dreyfus_Benjamin_Lessing_e_Julio_Cezar_Purcena.pdf>
- En laMira* (Rio de Janeiro). 2006. 'A Quemarropa: Entrevista sobre control de munición con César Campos, Subsecretario Administrativo de SeguridadPública del Estado de Rio de Janeiro.' Nº 0. Acessado em 31 de dezembro de 2006.
<<http://www.comunidadessegura.org/files/active/0/Entrevista%20Pablo%20Dreyfus.pdf>>
- Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Controle e Gestao. CONTROLE. 2001. *Relatório dos Produtos das Ações Realizadas em 2001*. Rio de Janeiro: CONTROLE. Acessado em 23 January 2007.
<http://www.controlerj.gov.br/inst_gestao/rel_acomp/2001/relatorio_2001.pdf>
- Jorion, Serge and Philippe Regenstreif. 1995a. *Culots de munitions atlas: Tome I, caractères alphabétiques latins*. Toulouse: Cepaduès-Éditions.
- . 1995b. *Culots de munitions atlas: Tome II, codes non-latins, chiffres et symboles*. Toulouse: Cepaduès-Éditions.
- Lessing, Benjamin. 2005. 'The Demand for Firearms in Rio de Janeiro.' In Rubem Cesar Fernandes. *Brazil: The Guns and the Victims*. Rio de Janeiro: ISER, pp. 202–21. Acessado em 2 de janeiro de 2007.
<http://www.vivario.org.br/publique/media/The_demand_for_firearms_in_Rio_de_Janeiro_by_Benjamin_Lessing.pdf>
- Ministério da Defesa. 1998–2003. *Anuário Estatístico do Exército*. Brasília: Estado-Maior do Exército Brasileiro.
- . 2000. *Portaria Nº 024-DMB de 25 de outubro de 2000. Aprova as Normas que Regulam as Atividades dos Colecionadores de Armas, Munição, Armamento Pesado e Viaturas Militares*. Brasília: Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Departamento de Material Bélico (Dir G de MB/1952).

- . 2001. *PORTARIA No 004-D Log, DE 08 DE MARÇO DE 2001. Aprova as Normas que Regulam as Atividades dos Atiradores*. Brasília: Ministério da Defesa Exército Brasileiro, Departamento Logístico.
- Misse, Michel. 1999. *Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Ph.D. tese, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Mkutu, Kennedy. 2006. 'Small Arms and Light Weapons among Pastoral Groups in the Kenya-Uganda Border Area.' *African Affairs*, Vol. 106, No. 422, pp. 47–70. 28 July.
- Munición.org. 2006. *Apuntes sobre las Fábricas Brasileiras de Munición*. Acessado em 23 de janeiro de 2007. <<http://www.municion.org/identificacion/Brasil.htm>>
- Monitor, The* (Kampala). 2002a. 'Bullets, not Guns Are the Problem in Karamoja.' 20 de fevereiro.
- . 2002b. 'UPDF Makes Fake Bombs and Bullets Sabotage Suspected.' 12 de maio.
- New Vision, The* (Kampala). 2002. 'UPDF Conned of Bullets.' 28 de maio.
- . 2006. 'Karimojong Warriors Kill UPDF Major.' 30 de outubro.
- Partido Socialista Brasileiro. 2006. *Deputado Josías Quintal, Deputado Federal, Partido Socialista Brasileiro*. Web site, agora não mais no ar depois das eleições de outubro de 2006. <<http://www.josiasquintal4010.can.br/>>
- Presidência da República do Brasil. 2000. Decreto N° 3665 de 20 de Novembro de 2000. *Dá Nova Redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105)*. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Acessado em 31 de dezembro de 2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3665.htm
- . 2004. Decreto N° 5123 de 1 de Julho de 2004. *Regulamenta a Lei N° 10826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre os Sistema Nacional de Armas—SINARM e define crimes*. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Acessado em 31 de dezembro de 2006. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5123.htm>
- Rivero, Patricia. 2005. 'The Value of the Illegal Firearms Market in the City of Rio de Janeiro.' In Rubem Cesar Fernandes. *Brazil: The Guns and the Victims*. Rio de Janeiro: ISER, pp. 146–201.
- Red Pepper, The* (Kampala). 2004. 'Why did U Buy Israeli Bullets?' Vol. 4, No. 61. 30 September.
- Schroeder, Matt. 2004. *SmallArms, Terrorism and the OAS Firearms Convention*. Federation of American Scientists, Occasional Paper No. 1. Washington, DC: Federation of American Scientists. Acessado em 20 de dezembro. <http://www.fas.org/asmp/campaigns/smallarms/OAS_Firearms_Convention.html#report>
- Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. 2004. 'Segurança para os policiais: R\$ 287,5 milhões investidos em equipamentos e tecnologia.' *Jornal da Polícia do Estado do Rio de Janeiro*, N° 17. Novembro.
- . 2005. *Operação Navalha na Carne: Navalha na Carne Prende Policiais que Vendiam Munição para Traficantes*. Rio de Janeiro: Secretaria de Segurança Pública. 20 July. Acessado em 23 January 2007. <<http://www.ssp.rj.gov.br/noticia.asp?id=1521>>
- Small Arms Survey. 2004. *Small Arms Survey 2004: Rights at Risk*. Oxford: Oxford University Press.
- . 2006. *Small Arms Survey 2006: Unfinished Business*. Oxford: Oxford University Press.
- Stefanini, Roberto. 2005. *Máfie o Criminalità Dis-Organizzata? I Fenomeni Criminali di Rio de Janeiro e le Politiche Pubbliche di Contrasto, una Comparazione con il Caso Italiano di Lotta Alla Máfia*. MA dissertation, Università degli Studi di Bologna, Sede di Buenos Aires. Outubro.
- UN Comtrade (UN Commodity Trade). Department of Economic and Social Affairs/Statistics Division. 2006. UN Comtrade database. <<http://unstats.un.org/unsd/comtrade/>>
- Xinhua. 1996a. 'State-owned Enterprises: Economic Cooperation Agreement Signed with China.' 4 de abril. Reported in BBC Summary of World Broadcasts. 15 de abril 1996.
- . 1996b. 'Year-ender. Item No. 1219001.' Pequim: Xinhua News Agency. 19 December.

CRÉDITOS

Principais autores

James Bevan e Pablo Dreyfus

Colaboradores

Walter Barros, Marcelo de Sousa Nascimento, e Júlio César Purcena